



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 023

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pércles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 023

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 06

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 09

Dep. Felipe Lucas 09

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 10

Dep. Elton Welter 11

Dep. Péricles de Mello..... 11

Dep. Rosane Ferreira 12

Grande Expediente:

Dep. Valdir Rossoni 13

Dep. Luiz Eduardo Cheida 15

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 17

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 18

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 19

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 21

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi 22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 23

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em)..... 27

2ª Discussão 27

1ª Discussão 29

Requerimentos 36

Encerramento da Sessão 38

DIÁRIO Nº 023

23ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2008

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Chico Noroeste e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu

Moura, Ney Leprevost, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Osmar Bertoldi e Ribas Carli Filho (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicação

INDICAÇÃO Nº 064/08

SÚMULA:

Sugere à Secretária de Estado da Administração a análise da situação salarial dos professores do estado.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado à Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, sugerindo à mesma a análise da situação salarial dos professores do estado, conforme documento anexo.

Cabe salientar que 80% dos professores do Paraná são mulheres e recebem menos que outras categorias de servidores em igual situação funcional.

Um servidor com 23 anos de serviço, de outra Secretaria, com nível superior, recebe aproximadamente R\$ 3.150,22, enquanto um professor com a formação superior e o mesmo tempo de serviço, recebe R\$ 1.916,90. Com especialização o professor chega a ganhar R\$ 2.396,12, longe dos R\$ 3.150,22 pagos aos demais servidores de nível superior.

A situação reafirma as estatísticas que as mulheres ganham menos e expõe a necessidade do Governo do Estado criar mecanismos de equiparação salarial. São servidores em igualdade de situação tratados de forma

desigual, violando o princípio constitucional da igualdade.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja realizada uma Audiência Pública no dia 24 de abril, na Associação Comercial de Ponta Grossa, para debates referente ao Projeto de Lei nº 178/07, que trata sobre a implantação de tarifa justa para fornecimento de água no Paraná.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário o arquivamento do Projeto de Lei nº 804/07, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 758/07, por 02 (duas) Sessões.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 856/07, por 02 (duas) Sessões.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a devida autorização para se ausentar do país, no período compreendido entre o dia 11/04/08 (saída) e 04/05/08 (retorno), ocasião em que estará chefiando a Missão Econômica Imin 100 - Brasil/Japão/China - que será formada por empresários que buscarão propor, estreitar e aumentar o relacionamento comercial com

esses dois países, cumprindo determinação constitucional, artigo 59, inciso III.

Como Presidente da Comissão Estadual do Paraná das Comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, este Parlamentar participará das comemorações do Governo Japonês no dia 24 de abril em Tóquio e no dia 28 de abril em Kobe, ambas no Japão, conforme convite em anexo.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 539

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, moção de apoio ao povo do Tibete, país do centro da Ásia, em função dos ataques freqüentes que a população vem sofrendo pelo Governo da China em retaliação à liberdade de expressão.

A liberdade de expressão neste país está sendo violentamente sufocada pela China, uma situação que o líder espiritual tibetano, o Dalai Lama Tenzin Gyatso, denuncia como genocídio cultural contra seu povo. Os tibetanos foram às ruas para lembrar os 49 anos do movimento que pedia o fim do domínio chinês sobre o país. Consta que desde o início dos conflitos cerca de 140 pessoas já foram mortas pela repressão. O Tibete já foi um país independente, mas, desde 1950, é controlado pela China.

Venho solicitar ao Governo chinês, através da Assembléia Legislativa do Paraná, o fim dessa repressão ao povo tibetano. Um povo e sua cultura não podem ser impedidos de viver. A cultura tibetana é uma cultura de paz, baseada no budismo. Desde que o país é dominado pela China, milhares de pessoas se refugiaram, inclusive o Dalai Lama, que vive na Índia.

Pedimos que o Governo chinês manifeste a vontade de acolher, de estar aberto ao diálogo para encontrar a forma adequada de resolver as tensões na região. Parto do princípio de que se trata de um povo com ideais pacíficos, guiados pelo Dalai Lama que aspira o benefício de todos. Um mestre respeitado por diversas tradições religiosas, consagrado com o Prêmio Nobel da Paz em 1989.

O Brasil não pode ignorar esses fatos. Não se trata apenas dos tibetanos, mas da consciência nacional que espera de nós uma atitude.

Requer também que seja encaminhada cópia deste requerimento ao Líder espiritual do Tibete, Dalai Lama Tenzin Gyatso e ao Governo da República Popular da China.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Pedro Ivo, Elton Welter e Tadeu Veneri.

REQUERIMENTO Nº 526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ari De Geus, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 22 passado.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Dr. Cecilio do Rego Almeida, ocorrido no dia 22 passado.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 521

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Primeira Dama do município de Cianorte e Presidente do Programa do Voluntariado Paranaense de Cianorte, Exma. Sra. Zoraide Guimarães, enviando-lhe voto de congratulações, extensivos à equipe do PROVOPAR e demais colaboradores, em razão da campanha contra o câncer de mama realizado em Cianorte.

Zoraide Guimarães e uma grande equipe de colaboradores e parceiros organizaram toda a estrutura para o atendimento das mulheres que fizeram o exame. Profissionais capacitados realizaram os atendimentos no ônibus do Instituto Morena Rosa, já previamente equipado para a realização do trabalho.

Além das entidades, clubes de serviços, voluntários, shoppings e demais empresas, as Secretarias de Saúde, do Bem-Estar Social e Esportes também participaram diretamente do evento. Informações importantes sobre a doença foram divulgadas através de palestras de mulheres que já venceram o câncer de mama.

A mobilização da Administração de Cianorte, através do PROVOPAR, demonstra a existência de política pública voltada à Medicina preventiva que merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 523

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor ao Sr. Vitor Hugo Zanette pela

posse da Reitoria da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que atualmente a UNICENTRO possui aproximadamente 9.000 alunos distribuídos em sete unidades de ensino. Possui diversos cursos de graduação, sequenciais, pós-graduação, mestrado e doutorado.

Vitor Hugo Zanette, que já foi Reitor anteriormente, se destaca por sua competência e seriedade de atuação. Reeleito por unanimidade pela comunidade universitária, confirma assim seu favoritismo e carisma.

A UNICENTRO é um universo de conhecimentos, enriquecendo Guarapuava e região com seu corpo docente e discente. E muitos deles prestando grandes serviços para nosso estado.

Quero parabenizar o magnífico Reitor Vitor Hugo Zanette, desejando muito sucesso e que sua gestão seja coroada de liberdade, justiça, sabedoria e solidariedade humana.

REQUERIMENTO Nº 518

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot no sentido de viabilizar recursos financeiros para a pavimentação da Estrada Rodeio, trecho de aproximadamente 6 Km, compreendido entre a Venda Rodeio e a Rodovia Vereador José da Silva, município de Cianorte, sendo que essa obra de pavimentação beneficiará diversos produtores rurais, principalmente no escoamento das safras agrícolas, completando o asfaltamento da estrada que liga Cianorte a São Tomé.

Requer, outrossim, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Norberto Cavaleri, Vereador da Câmara Municipal de Cianorte/PR.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 519

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições e em especial o artigo 129 do Regimento Interno, REQUER à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Wallbach Tizzot, conforme ofício em anexo da Câmara Municipal de Pato Branco, para que informe se existe um estudo e projetos para aplicação de recursos para a realização de acostamento na PR-469, no trecho que liga a UTFPR até as instalações da Casa Familiar Rural de Pato Branco no sudoeste do estado.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O trecho citado está localizado em uma região que recebe inúmeros investimentos da iniciativa privada com a instalação de novas indústrias, fato que aumentará significativamente o tráfego de caminhões pesados e com a falta de acostamento torne-se um local de risco para os pedestres que utilizam aquele trecho da rodovia.

Razão porque Srs. Deputados, requeremos que seja realizado um estudo e a viabilização e aplicação de recursos para realização desta obra de interesse da coletividade.

REQUERIMENTO Nº 525

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, para que este forneça informações acerca de que obras - construção ou restauração - estão sendo realizadas nas escolas estaduais que pertencem aos municípios da região da COMCAM.

Informar, por município e por escola, de forma detalhada quanto aos serviços que estão sendo executados e aos ainda por executar.

Informar da existência de obras interrompidas ou suspensas, já iniciadas ou não, informando os motivos de eventuais paralisações e previsão de retomada de suas execuções.

Informar, ainda, as licitações que estão ocorrendo neste sentido, na região e quais foram suspensas.

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 530

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, solicitando cópia do termo de convênio realizado entre a Secretaria de Saúde e a Associação Paranaense de Reabilitação para o funcionamento do Centro Hospitalar de Reabilitação Física do Paraná.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 535

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

REQUEREM ao Sr. Airton Pissetti, Secretário de Estado da Comunicação Social, e após ouvido o douto Plenário, prestar informações quanto ao processo licitatório para seleção da empresa prestadora do serviço de publicidade legal nacional, ocorrido no dia 20 de março último, as seguinte informações:

Quando e como foi procedida a publicidade para a licitação deste serviço?

Qual o fim visado relativamente à publicidade nacional dos atos do Governo do Estado? E qual o público alvo visado, nacionalmente?

Porque somente uma empresa participou do prego? Nenhuma outra preenchia as condições para prestação do serviço licitado?

A prestação do serviço, conforme descrito no edital, exigia alguma condição/habilidade especial que não é comum às empresas do ramo?

O que motivou, inicialmente o adiamento do prego eletrônico referente à licitação de nº 168542, edital 021/08, do dia 17 para o dia 28 de março e, posteriormente, a sua antecipação de 28 para 20 de março?

Relativamente à empresa vencedora, quais os seus proprietários? Qual a tiragem diária do jornal por ela editado? Qual o seu alcance nacional? Seus exemplares são vendidos exclusivamente a assinantes ou disponibilizados ao público em geral, através de bancas de revistas?

Qual o montante pago pelo estado à empresa Panorama Diário Comercial e Publicidade Ltda., CNPJ 03.318.040/0001-74, ou sua antecessora, nos últimos 4 anos, por serviços de publicidade em nível nacional? Quantos contratos foram firmados nesse período? Qual o valor cobrado por centímetro de coluna, no contrato anterior?

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(aa) DUÍLIO GENARI, DURVAL AMARAL, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, MARCELO RANGEL e ELIO RUSCH.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 102/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Imposto Saúde a ser cobrado sobre a comercialização de bebida alcoólica no estado do Paraná.

Art. 2º A alíquota desse tributo será de 01% e incidirá sobre as vendas de bebidas alcoólicas no atacado ou no varejo, abrangendo as indústrias montadas em território paranaense, bem como as distribuidoras de bebidas, bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 3º Fica estabelecido que 80% do total a ser arrecadado com o Imposto Saúde será destinado pelo

Governo do Estado às instituições, sem fins lucrativos, que promovem trabalho de libertação de dependentes do alcoolismo e de drogas químicas.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Ninguém pode negar ou desconhecer que as instituições paranaenses que trabalham dando amor, respeito e cidadania aos alcoólatras e dependentes químicos em recuperação, vivem em permanente crise, motivada pela falta de recursos financeiros. A ajuda da sociedade e do poder público é muito pequena. O que normalmente se arrecada é insuficiente para as necessidades mínimas dessas entidades. Vale lembrar que pode levar apenas alguns segundos ou minutos para uma pessoa tornar-se dependente do álcool ou de droga química.

No entanto, a recuperação do dependente é muito demorada, podendo levar até alguns anos. Há que se considerar, também que existem poucas instituições em atividade e com ações objetivas, concretas e humanitárias, visando recuperar esses dependentes para a sociedade. O projeto em questão, sendo aprovado e transformado em lei, com certeza dará as condições financeiras tão necessárias para significativo trabalho social.

PROJETO DE LEI Nº 103/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Apicultores do Litoral do Paraná e Criadores de Abelhas Apis Melífiras - AALPCAAM, com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Apicultores do Litoral do Paraná e Criadores de Abelhas Apis Melífiras - AALPCAAM, com sede e foro no município de Guaratuba, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo agregar apicultores, técnicos e eficientes para intercâmbio técnico, social e cultural visando incrementar a apicultura racional no Brasil, promovendo o estudo e a difusão de conhecimentos através de cursos de apicultura racional e meliponicultura, flora apícola, produção e utilização de produtos das abelhas, produção de rainhas, exames e de materiais e equipamentos apícolas. Assim com objetivo de conciliar a proteção da flora e fauna com uso de ocupação do solo de forma assegurar a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobre Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 104/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que a produção de alimentos e bebidas que utilizem os edulcorantes, sacarina e ciclamato, ficará restrita ao limite de 40 mg a 56 mg a cada 100 ml ou gramas.

Parágrafo Único. A limitação obedece aos parâmetros estipulados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e deve ser respeitada pelas indústrias que estão estabelecidas no Paraná, com uma carência máxima de 12 meses.

Art. 2º Fica estabelecida ainda que será obrigatória a divulgação, no rótulo dos produtos, da quantidade de edulcorantes presentes no produto.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa readequar o nível de utilização destes edulcorantes, que segundo estudos recentes podem ser prejudiciais à saúde se utilizados em demasia. O Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia tem ressaltado que, por prudência recomenda-se a limitação da quantidade de ingestão de produtos que contenham substâncias artificiais, por parte dos consumidores.

PROJETO DE LEI Nº 105/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido que os prédios públicos pertencentes à administração direta, indireta, autárquica, fundacional e de economia mista, no estado do Paraná, deverão ter manutenção semestral obrigatória.

Parágrafo Único. A manutenção de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser assinada por um engenheiro responsável, devidamente inscrito no CREA-PR, bem como deverá originar documento onde conste as providências tomadas para a conservação dos equipamentos, que deverá ser mantida em posse do responsável pelo imóvel em que se instalou o elevador.

Art. 2º Também deverão ser afixadas placas, em local visível, próximo às portas dos elevadores, com os seguintes dizeres: “Ao abrir a porta verifique se o elevador está neste andar.”

Parágrafo Único. No interior dos elevadores, deverão ser afixadas explicações básicas aos usuários, de como agir em caso de pane dos equipamentos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa minorar os casos de acidentes com elevadores, que infelizmente estão se tornando muito comuns atualmente. O estado tem o dever de dar o exemplo na manutenção dos elevadores e informações aos usuários, a fim de que não ocorram mais acidentes por falta de manutenção dos equipamentos ou falta de informações dos usuários dos elevadores.

PROJETO DE LEI Nº 106/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto INESUL de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Instituto INESUL de Pesquisas, Ciências e Tecnologia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e está localizado no município de Londrina - estado do Paraná.

Tem por objetivo funcionar como fórum de debates, divulgação e produção científica e tecnológica do corpo discente e docente do INESUL, facilitando a integração social, cultural e acadêmica de seus pesquisadores, docentes e discentes com outras instituições de ensino de natureza pública ou privada, nacional ou internacional, promovendo, incentivando e articulando a cooperação entre a comunidade científica e cultural; atuando junto às instituições de pesquisa com o objetivo de propor e acompanhar políticas de incentivo e de fomento à pesquisas e trabalhos científicos e culturais.

Pela importância de seu trabalho, solicitamos a declaração de utilidade pública do Instituto.

PROJETO DE LEI Nº 107/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O plantio de espécies vegetais exóticas de grande porte em propriedades particulares e públicas

deverá obedecer além da legislação ambiental o disposto nesta lei.

Art. 2º Quando o plantio ocorrer em áreas de divisa dos respectivos imóveis deverá ser respeitada uma distância mínima de 10 metros entre o término do plantio e a linha divisória dos imóveis, salvo anuência expressa do proprietário do imóvel confinante com o plantio.

§ 1º A não observância da distância regulamentar pelo proprietário da área reflorestada ensejará a aplicação de multa diária ao mesmo pelo órgão ambiental competente, mediante reclamação por escrito do proprietário do imóvel afetado.

§ 2º O valor da multa diária pela permanência do reflorestamento será equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) do menor salário-mínimo estadual por dia em que a irregularidade persistir.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O nosso estado é um dos pioneiros na agricultura orgânica e a existência de reflorestamentos com espécies vegetais exóticas de grande porte como pinus, eucalipto, plátano, álamo, etc. plantadas até a linha divisória dos imóveis dificulta o cultivo de lavouras orgânicas pelos pequenos agricultores familiares, pois o uso de defensivos químicos aliado ao excesso de sombra, queda de galho, árvores que danificam cercas e estragando as plantas menores, compromete a produtividade dessas lavouras bem como as impedem de serem certificadas como orgânicas pelas certificadoras.

Na realidade tais práticas constituem verdadeiro abuso do direito de propriedade praticado contra os pequenos agricultores pelos reflorestadores comerciais, bem como ferem o dispositivo constitucional que estabelece a função social da propriedade privada.

O presente projeto de lei visa, portanto, disciplinar essas práticas a fim de poder conciliar as atividades florestais de cunho comercial com as práticas da agricultura familiar e orgânica.

PROJETO DE LEI Nº 108/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica fixado em um salário-mínimo, o soldo da classe inicial do soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme o disposto do inciso II, do parágrafo 12, do artigo 45 da Constituição Estadual.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, objetivando que se cumpra ao disposto do inciso II, do parágrafo 12, do artigo 45 da Constituição Estadual, estabelecendo em um salário-mínimo, o soldo da classe inicial do soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 109/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O sigilo à correspondência e das comunicações telegráficas, de correios ou internet, é inviolável e as informações relativas aos seus conteúdos não poderão ser expostos em nenhuma hipótese.

Parágrafo Único. Boletos bancários de qualquer natureza, carnês de IPTU, IPVA, de condomínios e do comércio em geral, assim como contas de água, de luz, de telefone e congêneres deverão ser entregues fechados a seus respectivos destinatários.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta lei implicará multa ao infrator, revertida em benefício da parte prejudicada, no valor correspondente a 20% (vinte por cento) da conta ou fatura que se pretende cobrar.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas é assegurado pelo artigo 5º da Constituição Federal, que em seu inciso XII preceitua: *é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.*

A intenção do Constituinte, ao editar a norma constitucional em análise, era proteger os destinatários de comunicados nos seus direitos à inviolabilidade das informações a eles inerentes. Contudo, é comum vermos boletos e carnês de cobranças serem entregues aos seus destinatários sem que o imperativo da Constituição Federal seja observado, aviltando um dos direitos fundamentais de cidadania e causando constrangimento às famílias.

Por outro lado, inócua seria a edição de lei regulamentando o direito ao sigilo de informações relativas a cobranças de qualquer natureza, sejam através de boletos

bancários ou carnês e outros, sem previsão de penalidade para as partes infratoras. Neste caso, optou-se por adotar multa em forma de abatimento de 20% (vinte por cento) sobre os valores que se pretende cobrar, convertida a favor das partes prejudicadas com a quebra do sigilo da informação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, 1º Secretário Chico Noroeste, Deputada Luciana Rafagnin, 2ª Secretária, Sras. e Srs. Deputados, imprensa.

Sr. Presidente, hoje tivemos uma reunião da Comissão de Saúde. O nosso Presidente Ney Leprevost convocou o Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin. Impressionante a aula do experiente ex-Prefeito e médico Secretário de Estado da Saúde que ele deu aqui hoje, para muitos Deputados da Comissão que se fazia presente. O Deputado Felipe Lucas que acompanhou a sua aula, uma verdadeira aula de Medicina.

Em demonstrações ele mostrou os 24 hospitais que estão sendo construídos, quase prontos no estado do Paraná. Inclusive bem adiantado o hospital de Ponta Grossa, que tinha uma placa bem grande do Deputado Jocelito Canto e do Governador Roberto Requião na campanha, se não me engano.

Sempre falávamos, ainda como Vereador de Maringá, existe muito no estado do Paraná um verdadeiro turismo da dor. Todas as cidades do Paraná trazem um contingente de pacientes para serem tratados na cidade de Curitiba. É impressionante o mapa que o Secretário de Estado da Saúde, cheio de flechas de todas as cidades indicando a cidade de Curitiba, com alguns hospitais já em funcionamento. Dez mil pacientes estão sendo tratados no seu município, ou seja, 10 mil AIHs estão sendo atendidos. Foi um trabalho e uma reunião que levou aproximadamente duas horas e meia. Só na explanação foi uma hora e 10 minutos com o Sr. Secretário.

Analisando bem, só tenho que elogiar o Governador Roberto Requião. Ele enxergou que no estado do Paraná, todas as cidades precisam de grandes hospitais. Atividade bonita que tem no hospital de queimados em Londrina. Fizemos um projeto indicação nesta Casa de Leis, em que possa ser construída também uma ala de queimados no Hospital Universitário de Maringá, para que possamos atender toda a região.

Pasmem senhores! O hospital de Maringá, que abrange uma região de mais de 1 milhão e meio de habitantes, não tem sequer uma ala de queimados!

Fiz esse projeto reivindicando para que possamos ter um hospital de queimados, também em Maringá, como funciona muito bem em Londrina. Tenho certeza que o Governador que tem essa visão para com a Saúde, pensou em 24 hospitais para diminuir essa demanda que são encaminhados como turismo da dor para Curitiba, podem ser tratados, lá para Curitiba. E começou a grande discussão. Hoje, quando se faz uma reunião, só se fala em Medicina curativa e esquecem da Medicina preventiva. A melhor cura sempre foi a prevenção.

Fiz uma indagação ao Sr. Secretário de Estado da Saúde. Por que o estado do Paraná, em cada município, não se manda uma Comissão para fazer palestras de Medicina preventiva? Haja vista a erradicação parcial da dengue, que diminuiu muito no estado do Paraná. Hoje, o Rio de Janeiro está batendo recorde...

(Cortado o som - um minuto para concluir)

Está longe de atingir o objetivo que é erradicar de vez o mosquito da dengue.

Se usarmos muito a Medicina preventiva, com certeza ninguém vai se auto medicar, ninguém vai tomar remédio por conta própria, porque se você for picado pelo mosquito da dengue, você usar uma aspirina, que é o ácido acetil-salicílico, um AAS, com certeza, ou qualquer outro tipo de antiinflamatório, você vai desenvolver uma dengue hemorrágica e pode chegar a óbito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sr. Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados.

Gostaria também de enaltecer a vinda do Secretário da Saúde aqui, hoje, na Assembléia Legislativa. O Gilberto Martin, com a sua equipe, da Secretaria da Saúde. Muitos deles já vão dos velhos tempos da Secretaria da Saúde, que tem desenvolvido um trabalho muito bom.

Na mesma linha gostaria de dizer, quando o Dr. Batista, que é um médico que está na atividade, que está em dia com a sua forma de trabalhar, vimos trabalhando e os outros que fazem parte aqui da Assembléia, dizendo da Medicina preventiva. De fato ela tem uma enorme responsabilidade e a dengue é um problema às vezes dito que é da casa, familiar. A dengue tem que ser cuidada muito dentro da sua casa. Às vezes, estamos vendo no Rio de Janeiro, onde as pessoas não permitem a entrada daquele que vem fazer a sua visita, na sua casa. É uma coisa muito interessante. Por isso, a Medicina preventiva tem o seu fator muito importante. Além da dengue temos outros trabalhos importantes que precisam ser revistos no Paraná e alguns mais planejados.

Vejo o planejamento familiar como um caminho a ser trilhado pelo nosso estado, pelos nossos municípios e não pelo Brasil. Na Europa, hoje, como um todo, ela tem uma forma de desenvolvimento basicamente baseada no planejamento familiar. Não só a Europa, como a China, os EUA e outros países lá.

Queria, Dr. Batista, dizer que foi muito importante à vinda do Secretário aqui. Que pena que às vezes os outros Secretários também não façam isso, de vir aqui explicar. Acho que não precisamos ter medo de ninguém, colocar os pontos, o que está sendo construído, o que está sendo feito, o que está sendo orientado. De fato, muitos hospitais estão sendo construídos e é muito importante. Vejo o hospital regional de Ponta Grossa, com uma grande capacidade, uma estrutura enorme, que vai estar, no seu tempo devido, funcionando e quantas outras especialidades podem ter hoje em Ponta Grossa, na área da Medicina.

Mas, também fazer um reforço, dizendo a todos nós e principalmente ao estado, ao Governador e aos Secretários, que precisamos olhar aqueles que já estão prontos, que estão funcionando, porque temos muitos hospitais, hoje, que estão funcionando, mas que por alguma razão ou outra também estão capengando, bastante, com dificuldades, principalmente pelo financiamento do SUS, que é muito aquém do seu gasto.

Então, queria lembrar de uma região que conhecemos, forte, é o Hospital Dr. Paulo Fortes, lá em São Mateus do Sul, que é um município importantíssimo, hoje, no estado, mas que também tem suas dificuldades na manutenção. O Hospital São Francisco de Assis, de Rio Azul, que é um hospital tradicional da região, mas também com suas dificuldades; o Hospital Darci Vargas, de Rebouças, que tem um trabalho invejável na região, mas também com dificuldades financeiras; o Hospital da Santa Casa de Irati, que é um hospital regional. Acho que precisamos apoiar muito os hospitais regionais, também, pelas grandes dificuldades que atravessam, mas vêm caminhando. Mas, precisa de um apoio, principalmente da área estadual e porque não dizer da área federal. O Hospital São Pedro, de Mallet, e assim tantos outros. O Hospital Sagrado Coração de Jesus, lá de Prudentópolis, que é um hospital filantrópico. A Santa Casa de Misericórdia de Prudentópolis; Hospital de Paulo Frontim, Inácio Martins e Teixeira Soares.

É muito importante, Presidente Antonio Anibelli, que conhece toda aquela região e que felizmente hoje está presidindo esta Sessão; o Deputado Antonio Anibelli, que é Vice-Presidente e conhece bem a região. Então, precisamos, além dos que estão sendo construídos, dar uma certa parcela de manutenção.

Agradeço e, Dr. Batista, foi muito boa, sem dúvida, a vinda do Secretário Gilberto Martin. É o que eu disse há pouco: que os outros Secretários se disponham a vir aqui à Assembléia Legislativa, porque a Assembléia Legislativa, na verdade, só quer ouvir. Não quer mais nada, só ouvir.

Agradeço e parabeno o Deputado Ney Leprevost pela conduta nos trabalhos e a todos que compunham a Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhora e senhores, amigos telespectadores.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para chamar a atenção de V. Exas. a respeito de uma proposição de nossa autoria, o item 2 da pauta de hoje. Diz respeito ao lixo tecnológico.

O que vem a ser o lixo tecnológico? Em países de 1º mundo, onde a tecnologia já é presente em grande escala, isto já há décadas, percebeu-se que é muito mais viável descartar determinado equipamento eletroeletrônico adquirindo um novo do que, diante do tempo de uso desse equipamento, submetê-lo, por exemplo, a um conserto. Ou seja, é muito mais barato e viável se adquirir um equipamento novo do que submetê-lo a uma manutenção.

Por esta razão, se desencadeia um processo irreversível, danoso ao meio ambiente e à sociedade, consequentemente da geração de resíduos que a natureza, lamentavelmente, não consegue absorver.

Então, existem países como o Japão, onde toneladas, toneladas e toneladas de equipamentos eletroeletrônicos se amontoam e não sabe-se o que fazer com esses resíduos. Existe até uma modalidade que tem gerado recursos econômicos, proventos para famílias, popularmente conhecido como garimpo eletrônico. Então, existem famílias que sobrevivem, por exemplo, dos lixões; existem outras que sobrevivem dos lixões tecnológicos. E não demorou para que essa situação também fosse observada em nosso país, em especial no estado do Paraná, onde as pessoas adquirem cada vez mais modernos, e em face da aquisição desses equipamentos novos descarta-se os equipamentos usados, ou estragados. Esses resíduos eletroeletrônicos acabam como destino final indo para os lixões, misturando-se com todos os tipos de resíduos imagináveis.

Então, este Parlamentar, preocupado com esta situação, cria uma proposta de lei para que no estado do Paraná se tenha um programa, se crie um mecanismo onde tanto a indústria, a fábrica, as empresas distribuidoras, como as empresas de varejo, tenham a responsabilidade de auxiliar na criação desta ferramenta, desse mecanismo, para que esses equipamentos, ou esses resíduos eletroeletrônicos, ou ainda, como prefiro chamá-los, esse lixo tecnológico, não cause dano à natureza, ao meio

ambiente, uma vez que o assunto palpitante do momento, indubitavelmente, indiscutivelmente, é a preservação do meio ambiente.

Existem componentes que fazem parte dos circuitos eletroeletrônicos do material que se confecciona os aparelhos que a natureza não consegue absorver e outros que a natureza leva milhares e milhares de anos, Deputada Rosane, para decompor; sem contar resíduos que são extraordinariamente tóxicos e que podem, por exemplo, contaminar milhões de litros de água que, posteriormente, ou passam a não poder ser consumidos, ou acabam sendo consumidos e consequentemente causando danos à saúde.

Entendemos então que uma vez que o estado do Paraná sempre, e em muitas ocasiões, saiu na vanguarda em propostas de lei, leis que passaram a ser referência para os demais estados brasileiros e até para o exterior, então é o momento de também pensarmos na nossa contribuição no que diz respeito a uma lei que regulamente e crie essa conscientização ecológica também nos produtos descartados, dos lixo eletrônico, nos resíduos de tecnologia.

Essa é a nossa proposta e faço o apelo a V. Exas. que votem favoravelmente a esse projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna ressaltar uma importante obra do PAC aqui no Paraná, e os dados da demanda de energia elétrica se sustentam pelo crescimento econômico que o país vem enfrentando, e não é diferente aqui no Paraná.

A demanda de energia elétrica da COPEL aumentou em 6,8%. E aqui no Paraná, investimentos na área de energia elétrica acontecem ano a ano. Uma das obras do PAC que será executada aqui no Paraná, para gerar mais energia, é a usina de Mauá. Será no rio Tibagi, entre os municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira.

Ontem o Vitor Hugo Burko - Presidente do IAP - assinou a licença para a instalação da usina de Mauá.

Esta obra será executada pelo consórcio Cruzeiro do Sul, em parceria com a COPEL e ELETROSUL. A demanda de recursos para esta obra será na ordem de R\$ 1 bilhão, aproximadamente. E a geração de energia prevista para essa obra será, aproximadamente, para uma cidade com 1 milhão de habitantes.

É uma importante obra do PAC que já destrava com a autorização do IAP. Até 2010 deverá ser entregue e a distribuição da sua energia já será colocada nos leilões da ANEEL.

É uma obra que mostra que o PAC está dando certo. Agora temos muita clareza, o país tem, de fato, um planejamento para que o setor de infra-estrutura.

Aliás, o Paraná, em São José dos Pinhais, está recebendo grandes investimentos, aumentando a pista para melhorar o transporte aéreo.

Não é diferente no transporte ferroviário. Também já está adiantado o processo para tirarmos o gargalo da região de Guarapuava, no tocante a FERROESTE. Já tem definição dos projetos para serem licitados, para a execução da FERROESTE de Cascavel, ligando Mato Grosso, passando por Guaíra e chegando em Maracaju.

Isso proporcionará muita riqueza e diminuirá o custo do transporte no país.

Fora, a assinatura do álcoolduto no último final de semana em Foz do Iguaçu, que ligará Campo Grande a Paranaguá.

O Paraná será um estado privilegiado na logística de distribuição do álcool, em nível mundial e também pela navegação de cabotagem, para chegar barato o álcool nos mais de 8 mil km de faixa litorânea que tem o país. Esse álcool será distribuído, via porto de Paranaguá, no espaço brasileiro.

Com muita satisfação e orgulho que o nosso Governo executará esta grande obra. O planejamento para execução de investimentos, não só aqui no Paraná, na área de energia elétrica, são vultuosos.

Nunca mais teremos o tal apagão energético. Prova disso são esses investimentos nessa usina de Mauá e tantos outros que vão acontecer no Baixo Iguaçu que também estão em andamento.

Vejo que, de fato neste momento histórico que vive o país, com crescimento do PIB de 5,4%, já se estima que neste ano pode crescer na mesma proporção, até um pouco mais, de repente, um pouco menos, mas uma perspectiva onde já se discute, como o consumo está aumentando pode correr o risco de ter inflação e, certamente, o Governo terá medidas tranquilas para que a inflação não volte porque isso consome a renda dos trabalhadores.

Meu muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, por cinco minutos, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a tribuna para comunicar que me ausentarei do plenário na quarta e quinta-feira, por estar em Brasília. É uma nova etapa do nosso trabalho a favor do reconhecimento dos diplomas de 35 mil professores paranaenses que fizeram o curso da VIZIVALE. Estarei acompanhando de praticamente todos os representantes da Comissão que formamos numa grande Audiência Pública, que aconteceu em fevereiro nesta Casa.

Estarão comigo: o Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Romeu Gomes de Miranda; o Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná - UNDIME, Carlos Eduardo Sanches; o Promotor de Justiça, Clayton Maranhão; o Diretor da VIZIVALE, Paulo Fioravante Giaretta; o Prefeito de Nova Laranjeiras, Eugênio Bittencourt, que é Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - AMP; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Educação no Paraná - APP, José Rodrigues Lemos; a professora Lisa Cláudia Dala Nora, representante de todos os professores participantes do programa.

A Comissão será recebida no MEC pelo Chefe da Assessoria Parlamentar, Rodrigo Lamego Teixeira Soares; pelo Coordenador Geral de Orientação e Controle da Secretaria de Educação Superior, Jorge Augusto Pereira Gregory; e pelo Assessor do MEC, Paulo Renato Jaguarão. Na quinta-feira de manhã, estaremos reunidos no Conselho Nacional de Educação com o Secretário Adalberto Carvalho. É uma tarefa importante. Alguns Deputados acompanharão. Quero convidar a todos que puderem se fazer presentes. O Deputado Litro já entrou em contato comigo pela manhã. Não sei se o Deputado Caíto vai poder nos acompanhar, amanhã, em Brasília.

É uma etapa muito importante e sabemos que ainda não é uma solução definitiva. Por quê? Porque precisamos que o Conselho Nacional reveja seu parecer dado em 2007, cinco anos depois primeiro parecer do Conselho Estadual regularizando e autorizando o curso. O Conselho Nacional já emitiu dois pareceres favoráveis e, subitamente, voltou atrás, entendendo que o curso não era um curso semipresencial, mas à distância. Temos que convencer o Conselho, que é um órgão do estado, da lei de Governo. Quem decide pelo Conselho é o próprio Conselho e não a pessoa.

Então, estamos numa etapa de convencimento nessa ida a Brasília, primeiro com o MEC e depois com um representante importante do Conselho para começar o convencimento. Temos o professor Romeu, que conhece muito bem essa questão e que vai defender a postura do Conselho Estadual no Conselho Nacional, mas temos que sensibilizar todos os membros do Conselho.

Ontem à noite tive uma reunião com o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que é da Comissão de Educação da Câmara Federal. Entendemos que esse problema é de tal gravidade que deve ser levado à Câmara dos Deputados também. Então, o Deputado Ângelo Vanhoni se propôs a fazer uma solicitação na reunião da Comissão de Educação da Câmara Federal, uma Audiência Pública convocando não só o Ministério da Educação, mas também o Conselho Nacional de Educação. Como eu havia dito em outros pronunciamentos, se for preciso, iremos até o Presidente da República e já chegamos à Câmara Federal, ao Congresso Nacional, porque não é possível que 35 mil pessoas que fizeram um curso de boa-fé, autorizado pelo Conselho Estadual, estejam sendo prejudicados.

A presença do Prefeito é importante porque aconteceu de professores que fizeram o curso serem aceitos em concurso público. Os Prefeitos autorizaram esses professores porque eles apresentaram um protocolo, uma certidão de conclusão do curso. Os professores passaram no concurso, estão sendo pagos pelas Prefeituras e alguns até tiveram ascensão em sua carreira profissional. Isso gera um problema com o Tribunal de Contas porque os diplomas, na hora dos professores entregarem, não puderam, por falta de registro. É uma questão muito grave.

Estamos avançando significativamente até a vitória, que é uma vitória legítima para todo o povo do Paraná e para a Educação, porque a Educação paranaense precisa ter esses professores nas creches, nos centros municipais de educação infantil e nas escolas municipais principalmente.

Para concluir, hoje vi um momento muito bonito na negociação da APP- Sindicato com o Governo para reajuste dos professores e funcionários das escolas públicas. Queria fazer de público nesta tribuna, um elogio à competência, seriedade, maturidade da APP-Sindicato, na figura do seu Presidente, Sr. Lemos. Uma análise madura com o assessor do DIEESE, que fez uma radiografia da situação do estado, mostrando que no orçamento do estado a previsão de aumento de receita é uma previsão pessimista. Já aconteceu no passado, o aumento vai ser maior do que os 2% que está previsto. Vão existir recursos para a Educação, mesmo porque o Governo aumentou de 25 para 30% a porcentagem da Educação.

Saí muito otimista da reunião, pela maturidade também dos Secretários que lá estavam, o Secretário Maurício, o Secretário Enio e também o Nestor Bueno que é o Diretor de Finanças. Acho que vai muito bem a negociação. Terminamos mais uma etapa. Também acendeu o farol verde para os professores universitários, que também fazem parte do orçamento da Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Próxima oradora inscrita, com a palavra Deputado Rosane Ferreira, por cinco minutos.

Deputado Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Quero registrar nesta Casa duas questões. Espero, Deputado Valdir Rossoni, que essa seja a derradeira vez que subo aqui, pelo menos dos próximos meses, para falar de Segurança Pública. Mas tenho que registrar, Deputado Douglas Fabrício, o aparte que lhe fiz ontem para chamar a atenção para que esteja devidamente registrado, porque em cima daquela pequena colocação, recebi vários e-mails e telefonemas queixando-se da dificuldade de registrar um Boletim de Ocorrência nas delegacias dos municípios da região metropolitana, nos finais de semana, quando as ocorrências tomam outras dimensões, ou seja, dimensões diferentes dos dias de semana.

Se formos ao Hospital Cajuru e vermos as escalas do serviço médico e de enfermagem, vamos perceber que nos finais de semana há um reforço da equipe médica de plantão no pronto-socorro. O mesmo acontece com os centros de saúde 24 horas aqui de Curitiba ou nos municípios da região metropolitana. Por quê? Porque aumentam muito as ocorrências. Os acidentes, os agravos de saúde, os outros locais estão fechados e o mesmo se dá com a questão da Segurança Pública.

Quero solicitar ao Líder do Governo, espero que um dia possamos ter esse debate e brevemente com o Secretário da Segurança, para que ele me coloque o porquê não é possível se ter uma escala especial de atendimento nos finais de semana.

Aquele caso que citei ontem, onde um rapaz desapareceu do percurso da sua casa para o trabalho, com o seu carro. Ele sai do carro às 9h, deveria chegar às 10h e desaparece. A família vai até a Delegacia e não consegue registrar no sábado, e também a questão do pouco tempo de desaparecimento, que teria que se dar um prazo maior para que se confirmasse o desaparecimento. Essa família espera 24 horas. No domingo retorna à Delegacia para registrar o desaparecimento do seu filho. Não consegue registrar, porque encontra um profissional que cuida de 40 detentos e que não consegue fazer um simples registro em um Boletim de Ocorrência.

Então, tem uma frase que diz que a mulher de César não precisa só ser honesta, ela também precisa parecer honesta.

Imaginem a angústia dessa família não conseguir registrar? Sabe que se as medidas não fossem, se não tivesse efetivo, não pudesse se dar uma batida nas imediações, ainda poderiam até aceitar. Agora, não poder nem registrar que o seu filho está desaparecido há 24 horas, Deputado Douglas Fabrício, é demais! Eu não tinha justificativa para dar para essa família, como não consigo aceitar como cidadã, como mãe. É impossível, como ser humano, aceitar uma situação dessa! O que precisa ter em uma Delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência e para fazer com que as coisas saiam? Um estagiário, talvez? Um profissional administrativo? Eu não sei quanto vai custar para o estado ter um profissional lá para registrar um desaparecimento, Deputados.

Então, quero muito, Deputado Valdir Rossoni, que consigamos fazer esses questionamentos e essas sugestões de funcionamento ao Secretário Delazari. Espero que consigamos fazer isso brevemente.

A minha fala não tem nenhum caráter demagógico, tem somente a angústia de mãe, porque mulher é assim, Deputado Chico Noroeste, mulher se põe no lugar e mulher, mais uma vez eu digo, pensa com a razão, mas pensa muito com a emoção.

Seria esse o meu registro.

Muito obrigada.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador inscrito é o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputada Rosane, ouvi o seu pronunciamento, a sua preocupação é a mesma da grande maioria dos Parlamentares, essa sede de ouvir o Secretário de Segurança.

Deputado Douglas, algumas questões fizeram eu me inscrever no Grande Expediente.

Hoje tivemos na CCJ um pequeno debate sobre a questão do encaminhamento dos projetos, questão de constitucionalidade, essas questões que depois geram polêmica aqui no plenário. Mas, tem uma outra questão que vai terminar onde sempre terminam as nossas questões, na Justiça.

Quero dizer aos Srs. Deputados que enquanto o Governo se nega, e é importante prestar informações sobre ONGs e OSCIPs, e eu aqui, com todo o respeito às ONGs e às OSCIPs que merecem o nosso respeito, há uma determinação da Oposição de ir buscar as informações, e não temos conseguido. Não temos conseguido. Agora, protocolamos, na última semana, o ofício do cidadão Valdir Rossoni que, constitucionalmente, tem direito de pedir as informações. Como Parlamentar eu não consegui aprovar o requerimento. Como cidadão, a Constituição nos dá esse direito. Recebemos, e aí é que vem a contradição do Governo, uma correspondência do Chefe da Casa Civil dizendo que não vai informar a questão dos cartões corporativos, porque não foi aprovado em plenário, desconhecendo a Constituição. Encaminhei ao Presidente da Casa a correspondência, acho sinceramente que não dá para avaliar como o Chefe da Casa Civil se manifesta dessa maneira e aí, depois, num jornal da capital diz que prestou todas as informações à Oposição. Não há informação, o pouco de informação que vem é truncado!

Quero cumprimentar aqui todos os Deputados que têm nos ajudado nesta caminhada. O Governo levou tempo, mas começa a ter que respeitar os Deputados de Oposição! Vou citar aqui alguns fatos e ele vai ter que respeitar, vamos buscar essas informações, seja aprovado pelo Plenário, seja em comum acordo ou na Justiça, porque já está contando tempo a negativa da não informação da questão das ONGs, dos cartões corporativos. Quando vencer o tempo vamos nos socorrer na Justiça e constitucionalmente a Justiça decide em cima do quê? Da lei. E ela vai decidir favorável à Oposição.

Vou citar aqui alguns fatos que estão ocorrendo e

que dão razão à Oposição. Deputado Douglas, lembra a oportunidade em que o Governo encaminhou a esta Casa um projeto de lei pedindo que esta Casa autorizasse, automaticamente, a transformação e o remanejamento de cargos em comissão? Lembra qual foi o posicionamento da Oposição, nesta Casa, o posicionamento do Bloco Independente? O nosso posicionamento foi o seguinte: é inconstitucional! O Governo, com seu poder de força aqui dentro - é inegável esse poder - aprovou esse projeto. Fomos à Justiça, impetramos uma ação e o que a Justiça decidiu? Que a lei é inconstitucional! Ontem chegou a esta Casa a primeira vitória da Oposição e do Bloco Independente. Chegou a esta Casa um projeto de lei, Deputado Elio Rusch, que para nós será o símbolo, e será histórica nesta Casa a atitude firme dos Deputados de Oposição. Chegou o primeiro projeto de lei do Governo pedindo a esta Casa a autorização para criar, para transformar cargos para a área de Saúde. Ora, Deputados, agora vem aí, se não me falha a memória, cento e poucos cargos que serão transformados e alguns criados. Se nós não tivéssemos entrado na Justiça, se a Justiça não socorresse, não saberíamos que isso estava acontecendo no Governo.

Então, uma grande vitória da Oposição, demonstrada no primeiro ato do Governo em apresentar um projeto de lei por determinação da Justiça, quer transformar cargos, quer remanejar cargos, tem que ter lei autorizatória desta Casa, tem que ter um projeto de lei de autoria do Poder Executivo, tem que ser aprovado por esta Casa, tem que ter a tramitação legal. Esta é uma das vitórias!

A segunda vitória, e estamos sinalizando para que o Governo não perca novamente, Deputado Douglas, lembra da compra das ações pelo Governo, da Sanedo? E nós, Deputados de Oposição, dissemos ao Governo aqui, com todas as letras, Sra. Presidente, dissemos o seguinte: o Governo pode sim comprar as ações da Sanedo, mas ele deve encaminhar um projeto de lei específico e aprovarmos aqui, aprovarmos ou não, se aprovado o Governo pode efetuar a negociação. O que aconteceu? Entramos na Justiça, conseguimos uma liminar suspendendo a negociação. Já foi a primeira demonstração de que havia dúvida sobre a interpretação da lei. O Governo interpretava de uma forma, nós interpretávamos de outra. Conseguimos a liminar na Justiça. O Governo conseguiu cassar a nossa liminar. Agora, o Ministério Público, para que seja julgado, se manifestou.

Vou ler um trecho da manifestação, Deputado Reni. Vou ler uma parte do que o Ministério Público diz: “Não sendo possível essa aquisição pelo valor subscrito no contrato social, em razão de comprovada valorização no mercado financeiro das ações referidas, no parágrafo, a aquisição das mesmas fica condicionada à prévia autorização em lei.”

Lei quem faz, quem aprova somos nós.

O que vai acontecer? Alertamos o Governo que não negociasse as ações sem uma lei própria. Não fomos ouvidos. Alertamos o Governo que não realizasse o negó-

cio, da mesma forma. O que vai acontecer na Justiça? A Justiça vai dar ganho de causa à Oposição. O Governo já realizou esse negócio. Como é que vai ficar e de quem será a responsabilidade? De quem desrespeitou a lei. Quem desrespeitou a lei foi o Governo.

Por isso eu alerto aqui, tenho buscado nas informações da gestão do dinheiro público informações sobre OSCIPs e ONGs. Tenho encontrado lá números apavorantes, mas quero crer que aquilo não seja verdade.

Espero ter a compreensão do Governo, que ele encaminhe a esta Casa, para que possamos fazer uma avaliação.

Nós sabemos, estamos entrando na casa de Presidentes de ONGs sérios, decentes, corretos, que agem dentro da lei. Mas, queremos ter certeza que todas estejam agindo dentro da lei. Chegamos, através do site da gestão pública, que tem 1.000 artimanhas para você chegar lá, você tem que fazer um curso para começar a entrar nas entranhas obscuras do Governo. Alguns números, quando trouxermos aqui, vão apavorar os Deputados. Estamos tendo a cautela de não trazer números, porque ainda temos a esperança que, com essas informações, não tenhamos que ir à Justiça. Mas, se precisar, iremos à Justiça. A Justiça constitucional vai dar ganho de causa. É lógico.

Se não me falha a memória, artigo 57, qualquer cidadão pode requerer informações ao Governo, e ao Poder Público. E nada mais natural que a Oposição conseguir essas informações.

Então, seria muito melhor que o Líder do Governo viesse e dissesse para nós o seguinte: “Olha, vamos aprovar o requerimento da Oposição, vamos informar.” Porque senão vamos vencer novamente na Justiça. Está se tornando costume. Tudo que vai para a Justiça estamos ganhando. Fica ruim, porque nem o Executivo respeita o Legislativo. É uma demonstração, porque temos que nos socorrer na Justiça. De uma outra maneira não é bom, e ele não é um processo rápido de informação e transparência, cantado em verso e prosa aqui nesta Casa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Entendo que V. Exa. faz um pronunciamento e, de certa forma, repercute aquilo que V. Exa. já disse através da imprensa. O próprio jornal Gazeta do Povo traz uma matéria ampla, primeira página, baseada nessas informações que V. Exa. traz na tribuna no dia de hoje.

Li a matéria, chequei cada um dos dados que ali haviam sido colocados.

Adotamos aqui um procedimento, no exercício da Liderança do Governo. Não consigo me lembrar bem, objetivamente, qual foi o último requerimento que rejeitamos, porque a grande maioria, que entendo como requerimento, que é para obter informação e não para promover desgaste político através de debate, temos aprovado todos eles.

O que não podemos fazer, e aí sim, concluo o aparte, não tenho como exigir que o Chefe da Casa Civil

cumpra o prazo constitucionalmente definido, porque é o trâmite burocrático, que sai da Mesa da Casa: sai, manda, volta. Não tenho como controlar isso. Tenho procurado obter todas as informações e passar a V. Exa. e a todos os Parlamentares, mas tem algumas coisas que não consigo fazer, por conta de não possuir as informações. Caminho no sentido, de que tudo que for possível ser aprovado, que não seja para promover desgaste político, nós aprovamos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, quero dizer que só vai promover desgaste político se as informações vierem de encontro ao que nós estamos à procura: das irregularidades. Porque temos informações e queremos comprová-las - de irregularidades em OSCIPs, por exemplo. Mas, como V. Exa. não está lembrando, foi rejeitado aqui o requerimento da Oposição requerendo as informações.

Quais foram as OSCIPs e a ONGs que receberam recursos do Governo? Quais os valores? É isso que nós queremos. Foi rejeitado. Aí fomos por outro caminho.

Por essa razão, não tenho dúvida, Deputado Romanelli, tenho certeza que V. Exa. está imbuído de boa intenção. Mas, não temos recebido as informações e a maior prova. E aí gostaria de pedir a atenção de V. Exa. que se ativesse, e depois lhe forneço o parecer do Ministério Público, quanto à questão da compra das ações da Sanedo.

O que a Oposição disse, Deputado Romanelli, há necessidade de um projeto de lei. V. Exas disseram: "Não há!"

Está aí agora o parecer do Ministério Público, é tudo que falávamos e alertávamos o Governo, que poderia num futuro próximo o Governo ter que dar a mão à palmatória, arrasando a Oposição, mas também efetuar um, irregularmente, sem a cobertura da lei. E agora o que vai acontecer? Vai acontecer o que nós alertávamos. Vou ficar para o segundo tempo, porque tenho aqui uma primazia de pregão. Teve um pregão no último dia 20 onde o Governo contratou um jornal de circulação nacional.

(É retirado o som)

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Grande Expediente, próximo orador inscrito Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebi ontem uma notícia triste, acontecida no estado de Santa Catarina, mas que nos diz respeito diretamente. Uma menina, intoxicada por agrotóxico, tem morte cerebral. Isto aconteceu em Criciúma. Uma criança de 3 anos, que lá estava internada há vários dias, intoxi-

cada por agrotóxico e que infelizmente faleceu, no dia de ontem.

Dou esta notícia a todos porque isto está intimamente relacionado com uma discussão que tivemos recentemente, na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, da qual participou a Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Luiz Fernandes Litro, o Deputado Edgar Bueno e principalmente uma série de entidades, como a SEAB, a EMATER, o Secretário de Meio Ambiente - Rasca Rodrigues, o IAP, a SUDERHSA, o IMPEV - representando as indústrias fabricantes de agrotóxicos, a FAEP, a OCEPAR, a Cooperativa Integrada, a Cooperativa Castrolanda, a COCARI, a FETAP, enfim, uma série de instituições e entidades que cuidam desta questão do fomento e do desenvolvimento agropecuário no nosso estado e que estão, obviamente, afetas à questão dos agrotóxicos no Paraná.

E a motivação desta conversa foi justamente podermos discutir o que fazer com os agrotóxicos que já existem no Paraná. São conhecidos, o Governo sabe onde está, as cooperativas também, e nós ainda não retiramos. São mais de 150 toneladas de agrotóxicos que estão estocados em locais conhecidos. E segundo o IMPEV, cada quilo, para ser tirado do Paraná e levado à queima - neutralização deste veneno no estado de São Paulo ou Rio de Janeiro - custa R\$ 4.

Então, teríamos aqui um custeio de R\$ 600 mil, que deverá ser custeado pelo estado do Paraná à iniciativa privada e também à FAEP e todas as suas entidades. Isso, imaginando que poderíamos, num processo de logística extraordinariamente bem sucedido, retirar esse veneno repartindo em três as obrigações do estado do Paraná. O Governo entra com 33%, a FAEP e OCEPAR também, e também com mais 33% o IMBEV, que representa as indústrias.

Entretanto, esta discussão também trouxe à baila um outro problema. Temos no Paraná, além destas 150 toneladas de agrotóxicos já conhecidas - e quando digo agrotóxico é o BHC e demais parentes proibidos, que não é o veneno comercializado, mas aquele que há quase 30 anos proibido - e que causa problemas como este, de morte, como a desta criança de Criciúma, e trouxe à baila um novo problema.

Temos no estado do Paraná cerca de 2 milhões de quilo de BHC e outros produtos, ainda em local não sabido. E multiplicado por R\$ 4 o quilo, vai fazer com que o Paraná possa despendar cerca de R\$ 8 milhões para limpar o estado desta verdadeira ameaça que paira sobre o ambiente, sobre as pessoas.

Isto significa que temos que agir com grande rapidez. Mas, como descobrir onde estão estas duas mil toneladas, se o agricultor, que é quem sabe, tem medo de dizer? Tem medo de contar? Nós estamos - quando digo nós, é a Deputada Rosane Ferreira e eu - com um projeto na Casa que já está na Comissão de Constituição e Justiça. Já pedimos celeridade na tramitação deste projeto, e aqui evoco, Deputado Durval Amaral, nosso Presidente

da Comissão de Justiça, que possa com a maior brevidade possível fazer com que tramite aquele nosso projeto, da Deputada Rosane Ferreira e meu, que fala sobre a anistia dada aos agricultores para dizerem, denunciarem onde está o agrotóxico, sem medo de sanções administrativas, sanções jurídicas.

Esta Casa deve ao Paraná esta oportunidade. E digo isso porque acredito piamente que a sociedade já está chegando com o Governo num denominador comum, mas falta lei que possa revestir de total tranqüilidade e legalidade uma ação como essa.

Então, peço que a Mesa, o Presidente da CCJ que nos auxilie nessa empreitada para que possamos, sem demora nenhuma, fazermos com que esse projeto tramite, quem sabe no mês que vem tenhamos esse projeto aprovado, sancionado, e com isso possamos dar ao Paraná aquilo que ele está pedindo, que é a identificação de onde está esse veneno, quanto tem e quanto é que vai custar para retirá-lo.

O Sr. Edson Praczyk (PRB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero agradecer o aparte, a oportunidade de acrescentar a idéia, além de publicamente deixar já o compromisso, tanto da minha pessoa como do Bloco Independente, embora não tenha consultado os demais Pares, mas tenho certeza que haverá unanimidade entre nós em apoiá-lo. E faço aqui duas sugestões: que participe dessa discussão o bloco responsável pelo grupo de agricultura da Assembléia Legislativa, e além disso um questionamento, essa queima do BHC que teria como despesa R\$ 4 no traslado. Quanto custaria para se fazer um forno incinerador desse porte? Talvez saísse até mais barato e que ficaria à mercê do estado para queimar drogas, incinerar outros produtos. Fica aqui a sugestão, além de parabenizá-lo pela proposta, juntamente com a Deputada Rosane.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Quero agradecer, Deputado Edson Praczyk, e dizer pessoalmente que é extraordinária a sua idéia. Não havia pensado nisso. Acho que se vamos gastar R\$ 8 milhões, é uma previsão, quem sabe possamos, a sociedade possa construir algo semelhante, porque a queima, de fato, é no estado de São Paulo, ou na Baixada Fluminense lá no Rio de Janeiro.

Obrigado pela sugestão.

O Sr. Durval Amaral (Partido Democratas)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Cheida, quero cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento, e a título de esclarecimento dizer que o projeto de V. Exa, e da Deputada Rosane encontrava-se em pauta hoje na CCJ, e salvo engano foi pedido vista. O Deputado Douglas Fabrício me alerta que

o Deputado Relator da matéria pediu adiamento, cumprindo o dispositivo regimental, razão pela qual deverá ser relatado já na próxima semana.

Era esse o esclarecimento que eu queria fazer a V. Exa.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Obrigado, Deputado Durval Amaral, e tenho certeza absoluta, assim como as demais comissões, que o projeto deverá tramitar, também deverá ter a mesma celeridade que a CCJ está apresentando.

Queria por fim, ainda dentro do tema, trazer uma notícia que reputo como um enorme benefício ao estado do Paraná. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente está com um projeto em 187 pequenas propriedades do Paraná fazendo reflorestamentos mistos, com nativas ameaçadas de extinção e exóticas de rápido crescimento. Esse projeto está permitindo reconstituir reservas legais e matas ciliares, que é a mata que protege os rios e as nascentes, e além disso dando oportunidade para que o proprietário ganhe créditos, dinheiro no chamado mercado de crédito de carbono, nesse projeto chamado Desenvolvimento Limpo, que o Brasil tem e pode o agricultor trocar floresta plantada por créditos de carbono.

É um projeto de extraordinária abrangência. Mostra que é possível que recomponhamos as reservas legais com exóticas também, a priori, e as mata ciliares.

Esse programa acaba de premiar o estado do Paraná, em especial o Secretário Rasca Rodrigues, com o prêmio Expressão em Ecologia. Um prêmio criado há 15 anos pela Editora Expressão e todos os anos ela premia uma personalidade no Brasil que tem se destacado na área de meio ambiente.

Este componente social da questão ambiental deve ser destacado.

Por si só a questão ambiental nos traz um certo consolo, de que a afinitude dos recursos naturais, que muitas vezes se professa, pode não acontecer. Mas há sempre um alívio em saber que pequenos agricultores, descapitalizados, do estado do Paraná, que não ganham R\$ 800 por mês na sua propriedade, e às vezes, plantando arroz, feijão, ajudam no desenvolvimento deste estado e muitas vezes não têm dinheiro para comprar um chinelo para o filho continuar freqüentando as aulas. Estas pessoas, por um mecanismo ambiental, podem vir a se capitalizar.

Isso é extraordinário! Louvo aqui a iniciativa da Secretaria de Meio Ambiente, junto com o Programa Paraná Biodiversidade. Programa que constrói corredores de biodiversidade está, de fato, fazendo a diferença.

O Paraná já está com uma série de programas que são pioneiros no mundo, estão tendo alcance mundial, e esse é um deles.

Temos muito que aprender ainda, mas já está se ensinando bastante. Com determinação o Paraná está dando exemplo para o Brasil, e em muitos aspectos, ao mundo.

Gostaria de lembrar a todos que na próxima quinta-feira, às 19h, em Matinhos, o Paraná estará fazendo a sua Conferência de Meio Ambiente. São 750 delegados, mais de 90 propostas, mais de 1.000 participantes estarão discutindo os problemas ambientais do Paraná. O tema principal são as mudanças climáticas.

Mudanças essas que já estão deixando muita gente ligada à Saúde de cabelo em pé. Problemas como a dengue, a febre amarela silvestre, agora uma nova safra de Aedes, também transmissor da dengue, e que está nos brindando com a sua presença, fruto das alterações ambientais.

Justamente isso que vai ser discutido na Conferência Estadual do Meio Ambiente na cidade de Matinhos.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Horário das Lideranças: PMDB; Bloco PPS/PMN; Bloco PR/PTB; Bloco PSB/PRB/PV.

(**Declinam**)

No Horário dos Democratas, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

O Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, usou o Grande Expediente na Sessão de hoje para discorrer sobre alguns fatos que aconteceram e continuam acontecendo no nosso estado. Fatos curiosos, Deputado Rossoni. E não é por falta de alerta, porque os Deputados que compõem a Oposição nesta Casa não fazem Oposição pelo bel-prazer de querer fazer. Fazemos uma Oposição responsável e fiscalizadora. Queremos que o Paraná vá bem, porque se o Paraná vai bem os paranaenses vão melhor. Este é o nosso papel e cabe aos Deputados e principalmente à Oposição alertar ao Governo quando ele está no caminho errado ou quando alguma coisa estranha acontece na administração.

O Deputado Valdir Rossoni lembrou com muita propriedade quando disse do alerta que fizemos, quando da votação da mensagem do Governo do Estado, que pedia autorização para transformar os cargos em comissão através de decreto governamental. Estávamos amparados na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Uma praticamente repete o que diz a outra. Alertamos e dizíamos que estávamos aprovando uma lei que, com toda certeza, poderia cair na Justiça. O que a Oposição fez? Foi buscar na Justiça aquilo que interpretávamos, Deputado Antonio Belinati. Dizíamos, naquela ocasião, que cargo só se cria com lei específica. Transformar um cargo em comissão só se transforma com lei específica.

E fomos mais além: dizíamos, na discussão daquele projeto, isso lembro muito bem, que o Governo do Estado poderia muito bem transformar um cargo em comissão, vamos supor, no valor de R\$ 10 mil em 10 cargos em comissão de R\$ 1.000 cada um ou pegar 10 cargos de R\$ 1.000 e transformar em apenas um cargo. Dizíamos que o que o Governador queria fazer era ilegal. Pois bem, muitas vezes, palavras se perdem no vento, mas têm que ser repetidas ou relembradas, aquilo que fizemos aqui na Assembléia. Não fomos ouvidos. O Governador usou a maioria que possui na Assembléia e, num regime democrático, a minoria tem que se curvar diante da maioria, mas esperneia ou busca seus direitos na Justiça e foi o que fizemos. Não para surpresa nossa, mas acredito que para surpresa de uma grande parte aqui do Parlamento, a decisão da Justiça foi favorável à Bancada da Oposição. Pois muito bem, o Governador volta atrás e envia, como disse o Deputado Valdir Rossoni, uma mensagem para a Assembléia Legislativa, criando exatamente os 182 cargos. Ou transforma, ou cria, mas por lei específica. Estamos valorizando, com essa atitude, o papel e o trabalho dos Parlamentares.

E o que aconteceu mais? Vamos citar mais um exemplo. O Deputado Valdir Rossoni também se referiu a isso. Vamos apresentar alguns percentuais. Sempre estão dizendo que a SANEPAR tem que voltar ou voltou ao controle do Governo. Ora, Srs. Parlamentares, o Governo do Estado sempre teve a maioria da SANEPAR, 60% sempre esteve na mão do Governo. O Grupo Dominó tem algo em torno de 39%. Esses 39% estão subdivididos entre a COPEL, que tem algo em torno de 12%, e o restante, 80%, foi dividido entre três outros grupos: o Grupo Sanedo, Daleth e Andrade Gutierrez. São esses três grupos que formaram o Grupo Dominó.

Mas, a Assembléia Legislativa, Srs. Deputados, quando da CPI da COPEL ainda no mandato passado, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. era Secretário dos Transportes, aqui na Assembléia se criou uma CPI da COPEL. E o que os integrantes aqui do Parlamento diziam no relatório final? Fruto do relatório final saiu uma lei dizendo que a COPEL só poderia participar de empresas desde que ela tivesse a maioria das ações. Quando o Governo tentou e quis comprar as ações da Sanedo, alertamos: não comprem porque a COPEL vai comprar parte que não vai ter a maioria acionária dessa empresa, Grupo Dominó. O Grupo Dominó tem 39% na Sanepar. Mas esse Grupo Dominó, o capital são 100% da sua empresa. Desses 100%, a COPEL tinha 12. Como que ela vai comprar de uma outra empresa algo em torno de 29% que restam para os três grupos? Isso perfaz pouco mais de 40%. Então, a COPEL se associa a uma empresa comprando ações e continua minoritário. Foi contra a nossa lei que aprovamos na Assembléia. Isso nós também alertamos. Está na Justiça.

O Deputado Valdir Rossoni levantou com muita propriedade. Conseguimos a liminar, mas o Ministério Público já tem se manifestado através do seu despacho e

deixa muito claro que o Governo está equivocado. Para ele comprar essas ações, precisa de uma lei específica também da Assembléia, porque ele tem a minoria nessa empresa. Aí alguém diz: “Mas ele pode comprar porque a COPEL já é minoritária, ela só tem 12% naquele Grupo Sanedo. Por essa razão podia comprar o restante das ações da Sanedo para fazer 100%”. Mas 100% da parte da Sanedo e não 50% do Grupo Dominó. Isso tem que ser entendido. Que não sejamos pegos de surpresa de novo.

Nós alertamos. Agora, o Governo é quem administra. Cabe a nós Parlamentares fazermos exatamente o nosso papel. Dizia o falecido Aníbal Khury: “Na votação, a minoria esperneia e a maioria não discute, vota.”

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado Elio, escuto o seu pronunciamento e quero parabenizar. Está aí uma decisão do Ministério Público depois que uma ação foi impetrada na Justiça e uma liminar foi dada. O Poder Executivo procurou o Judiciário, cassou essa liminar, conseguiu por entendimento do magistrado cassar essa liminar. Só que eles não esperaram o julgamento do mérito da ação. E fizeram a compra, pagaram. E a Justiça agora julgara o mérito contrário à linha que o Executivo tomou, o que vai ser feito? O estado já pagou milhões de reais para a iniciativa privada comprando a participação das empresas. Aí está, o que o estado vai fazer caso a Justiça dê o que o próprio Ministério Público já deu, a linha contrária dizendo que está aprovada uma lei na Assembléia Legislativa do Paraná?

Um grande problema que o executivo cavou e quero ver no que vai dar. O Requião, com certeza, vai ser penalizado por isso.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

É exatamente isso que cabe a nós Parlamentares.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Elio, não esquecendo que temos uma ação de inconstitucionalidade do IPVA no Supremo. Estamos aguardando.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pois é, existem tantas ações, Srs. Deputados, que buscamos na Justiça aquilo que entendemos que não está correto. E cabe à Justiça interpretar a lei. Uns dizem que a Justiça é cega, ela interpreta a lei. Agora, a preocupação é nossa e deve ser de todos os Parlamentares e dos paranaenses em geral. A COPEL já fez a compra das ações da Sanedo.

Agora, se essa ação for julgada procedente, como é que vai ficar com o dinheiro, e são milhões, são 110 milhões que foram pagos? Aliás, só existe uma diferença: quero ofertar 42 milhões de euros e se pagou 42 milhões e 492 mil euros. Já é uma diferença a mais.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, próximo orador inscrito é o Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sra. Presidente, vai fazer uso da palavra o nobre colega, o Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sra. Presidente, em primeiro lugar o meu agradecimento ao nobre Deputado Antonio Belinati. Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti; Sras. Deputadas; Srs. Deputados.

Hoje pela manhã estive na Comissão de Saúde, numa reunião extremamente produtiva, o Secretário Gilberto Martins. O Deputado Cheida la compareceu; o Deputado Dobrandino; o Deputado Pugliesi deu uma passada na reunião; o Deputado Teruo Kato, que é membro atuante da Comissão de Saúde; o Deputado Dr. Batista, médico e membro atuante da nossa Comissão; a Deputada Rosane Ferreira; o Deputado Stephanes Júnior; o Deputado Marcelo Rangel; o Deputado Romanelli deu uma passada na reunião; o Deputado Augustinho Zucchi; o Deputado Cleiton Kielse. Isso demonstra que esta Casa está profundamente atenta e preocupada com os problemas que afligem, na área de Saúde, a nossa população.

Mas, quero dizer que a reunião foi extremamente positiva e demonstrou que existe uma ponta, um diálogo construído entre este Parlamento e a Secretaria Estadual de Saúde. Ao vir, na condição de convidado, prestar esclarecimento sobre uma série de temas, inclusive, polêmicos, o Secretário Estadual de Saúde, Gilberto Martins, demonstrou o seu respeito ao Parlamento. Discordo em algumas coisas do Secretário. Concordo com outras colocações que ele fez.

Mas, o importante é que haja esse diálogo, Deputado Dobrandino, que haja esse respeito. E é essa a postura que todos os Secretários de Estado deveriam ter em relação à Assembléia Legislativa. Questionei o Secretário sobre a data de inauguração dos hospitais que foram anunciados pelo Governo do Estado. Já temos em mãos a previsão da data em que cada um desses hospitais será inaugurado, do mês em que cada um desse hospitais será inaugurado. Temos em mãos uma excelente notícia, o Secretário hoje, diante de toda a Comissão de Saúde, se comprometeu a colocar para funcionar já na próxima segunda-feira o Hospital de Reabilitação, que é uma grande conquista para cidade de Curitiba. Segunda-feira estará funcionando a primeira fase do Hospital de Reabilitação, segundo compromisso assumido pelo Secretário diante da Comissão de Saúde.

Porém, Deputado Teruo Kato, um dos temas que também foi tratado nessa reunião é um tema polêmico e

eu ainda não me convenci a me posicionar favoravelmente ao que defendo o Governo do Estado.

Ontem veio à Assembléia Legislativa um anteprojeto de lei criando cargos, cargos comissionados para diretorias de hospitais e para atender as pessoas na área da Saúde. Na minha opinião não há necessidade de criação de novos cargos, com a extinção de departamentos, de autarquias como o SERLOPAR, por exemplo. Poderiam ser aproveitados os cargos já existentes, porque o departamento foi extinto, mas continuaram existindo os cargos em comissão.

Em segundo lugar, Deputado Beti Pavin, a senhora que é uma Deputada dedicada à região metropolitana de Curitiba, eu tenho que se começarmos a nomear Diretores de hospitais baseados em indicações políticas, e quando você tem cargos em comissão corre o risco de que parte desse cargos sejam indicados politicamente, abre-se um precedente muito grave e muito perigoso.

Eu me recordo da época do coronelismo, não só aqui no Paraná, mas em todo o Brasil, em que Delegados de Polícia nos municípios do interior eram nomeados por políticos aliados ao Governador. E se você nomeia um Delegado de Polícia partidário do Governador, você é mocinho, é do bem, não é criminoso, e quem é contra acaba virando criminoso, mesmo sem ser.

Então, a princípio, pode até ser que eu me convença do contrário, mas a princípio eu temo por nomeações políticas quando se abre esse tipo de precedente na área da Saúde. Acho que essa questão é extremamente preocupante. Espero que isso não venha acontecer, tenho certeza que na gestão do atual Secretário, Gilberto Martin, não acontecerá, porque é um homem que até que se prove o contrário é sério, é decente, é correto, é ilibado. Mas os Governos mudam, os Secretários passam e amanhã ou depois corremos o risco de ter um Secretário trocando atendimento hospitalar por apoio político, trocando atendimento hospitalar por votos no interior do Paraná!

Então, quero fazer esse alerta. Entendo que devemos debater esse tema com muita prudência. Estamos abertos ao diálogo com a Secretaria Estadual da Saúde e vamos ver, no decorrer dos próximos dias, se encontramos, conjuntamente, uma solução que contemple a necessidade da Secretaria da Saúde, mas que não abra esse precedente para nomeações políticas em diretorias de hospitais.

Apenas para completar o meu pronunciamento quero fazer um apelo ao nobre Líder do Governo do Estado, Deputado Luiz Claudio Romanelli, um apelo a V. Sa. Deputado: no dia 20 de novembro aprovamos aqui um pedido de informações ao Governo do Estado, foi aprovado em Plenário, inclusive recebi uma carta do Deputado Alexandre Curi, 1º Secretário desta Casa, comunicando que enviou esse pedido de informações ao Governo do Estado, ao Exmo. Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil. É um pedido de informação sobre o valor do passivo judicial do estado do Paraná; quantos processos judiciais estão em andamento contra o estado desde 2003; se existem processos que já fizeram coisa julgada

ou versam sobre contratos públicos encerrados por decreto. Foi aprovado e eu não recebi ainda uma resposta sobre este pedido de informações. Então, gostaria de pedir, através da Liderança do Governo, que solicitasse à Casa Civil que envie uma resposta, até como demonstração de respeito ao Poder Legislativo Estadual, lembrando que de acordo com o artigo 55 da Constituição do Estado importa em crime de responsabilidade do Secretário a recusa, ou o não atendimento no prazo de 30 dias, bem como a prestação de informações falsas.

É claro que não quero imputar a ninguém crime de responsabilidade. Acho que não é esse o caso, acho que deve ter havido alguma falha, talvez a pessoa não tenha tido a oportunidade ainda de responder, mas tenho certeza que fazendo esse apelo aqui, irei obter uma resposta, até porque não é um pedido de informações cabeludo. Essas informações não vão colocar o Governo em má situação, em hipótese alguma. Tenho certeza que o Governo não tem nada a esconder. O que se espera de um Governo é transparência, é ética, é que o Governo aja realmente à luz da opinião pública.

Concedo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Rapidamente, registrar um protesto aqui, contra a liberação da construção de uma usina hidrelétrica em Mauá, aproveitando o leito do rio Tibagi.

Nesse mesmo leito tem minas de carvão e, na minha cidade de Londrina, o povo bebe água do rio Tibagi. O grande temor que há é que isso venha a contaminar a saúde da população da minha cidade. Lembrando que essa autorização para funcionar a usina passou por cima, inclusive porque o problema está *sub judice*, está na Justiça.

Lamentamos, Deputado Ney Leprevost, essa autorização inoportuna. Isso preocupa. Vamos voltar a esse tema amanhã, porque não se pode brincar com a saúde do nosso povo. Tem mina de carvão no leito do rio Tibagi. Daí a grande pergunta, tem os agricultores, tem propriedades a mais no rio Tibagi e tem Londrina, a nossa região toda ali, que dependem dessa água do rio Tibagi. Temos que pensar na saúde, na vida daquele povo.

Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Próximo orador inscrito, ainda no Horário das Lideranças, com a palavra Deputado Luizão, com o tempo de 10 minutos.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Inscrevi para falar sobre o projeto que tramita no Congresso Nacional, da reforma tributária. Projeto de grande importância para o nosso país, principalmente para aperfeiçoar o nosso sistema tributário. Evidente que depende muito da ação do Governo, mas principalmente do interesse e da vontade do Congresso Nacional.

O PT, representado no Congresso Nacional, pretende apresentar projeto de emenda à reforma tributária, incluindo a criação do imposto sobre grandes fortunas. Sabemos que houve outras tentativas de apresentar projeto dessa natureza, mas todas infrutíferas, não tiveram sucesso. A própria Constituição Federal prevê no seu artigo 153, Constituição de 1998, inciso VII: “Compete à união instituir imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.”

A Constituição Federal já previa isso em 1988, porém até hoje não foi possível incluir esse dispositivo numa lei complementar.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Deputado Luizão, todo tributo, todo imposto deveria obedecer o princípio da capacidade econômica, capacidade de taxar mais líquidos, maior taxa. Esse é o desafio, esse requisito constitucional que até hoje não foi regulamentado em lei complementar, de acordo com a Constituição Federal. É um desejo acredito, que da sociedade brasileira. Esperamos que a reforma tributária que está em tramitação seja votada. Que essa reforma realmente obedeça ao critério de acabar com a guerra fiscal e também consiga implementar o imposto das grandes fortunas.

Que o estado brasileiro estruture para que o setor privado possa lá investir, e não deixar que lá vire um verdadeiro leilão entre empresas do mesmo ramo disputando espaço entre estados e entre federados, como está acontecendo hoje pela regra atual.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Acredito que no bojo da reforma tributária é uma grande oportunidade para incluir esse imposto sobre grandes fortunas. Sem dúvida nenhuma, seria uma solução tributária que iria contribuir aí com a distribuição de renda no nosso país, porque taxar as grandes fortunas sem dúvida nenhuma, é importante instrumento de justiça social.

Esse imposto é cobrado com sucesso em diversos países, principalmente em países europeus como França, Espanha, Grécia, Suíça, também na Noruega, Áustria, Suécia, Índia. Um imposto que na maioria dos casos, na maioria desses países, ele varia entre 0,8% a 1,2% sobre o patrimônio superior. No Brasil, seria sobre patrimônio superior a R\$ 1 milhão, podendo ser mais ou menos. Também podendo ser gradativo. O imposto começaria menor e seria maior conforme o tamanho da fortuna. Isso poderia gerar uma arrecadação em torno de 2% do PIB, em torno de R\$ 30 bilhões.

A proposta atingiria um percentual pequeno da população brasileira, serviria para reduzir outros tipos de

impostos, por exemplo, que incidem hoje sobre os setores produtivos.

Poderíamos reduzir o INSS do setor produtivo compensando com esse outro imposto sobre grandes fortunas, já que a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal ela prevê que toda desoneração deve ser compensada com um novo tipo de imposto.

Acredito que esse imposto seria benéfico, porque estaria desonerando os setores produtivos e taxando aí as grandes fortunas. Também uma oportunidade de distribuir melhor a arrecadação entre estados e municípios.

Um cálculo que é feito sobre as grandes fortunas no Brasil, devido a grande concentração de renda existente em nosso país. Calcula-se que apenas 10% da população mais rica do nosso país concentra mais da metade das riquezas do nosso país.

Temos aí uma previsão de que isso iria afetar em torno de 120 mil habitantes no Brasil, uma população equivalente ao município de Pinhais. Menos de meio por cento da população seria taxada com esse imposto sobre grandes fortunas.

Evidente que o alcance social disso seria muito grande, contribuiria muito para reduzir a informalidade.

O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)

Acredito, Deputado Luizão, que o Governo ao regulamentar esse imposto que está previsto, ele estará não só indo de encontro a tantos aspectos sociais que poderão ser atendidos com a arrecadação. Tenho certeza que o caráter não é arrecadatório. Mas ele vem em bom momento, porque recentemente, inclusive o Papa declarou como um pecado capital. O Governo, através disso, não só arrecadará, conseguirá também dar andamento aos projetos sociais, mas também vai contribuir para que os ricos entrem no reino dos céus.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Obrigado pelo aparte Deputado Reni Pereira. Sem dúvida nenhuma, esse imposto sobre grandes fortunas ele estaria embutido no conjunto da reforma tributária que está sendo discutida no Congresso Nacional. Evidente que no bojo da reforma tributária deve haver esta compensação. E acredito que a melhor forma é desonerar o setor produtivo, beneficiando aqueles que produzem riqueza e geram emprego, neste país. E é claro que seria no sentido de compensar a desoneração.

Nosso país tem uma história de concentração de rendas. Sem dúvida nenhuma que esta concentração é fonte de muitas injustiças. O que está muito concentrado em poucas pessoas, gera problemas no país, problemas de violência social, falta de escolas, de hospitais, oportunidades. Sobra para poucos e falta para muitos.

Tenho certeza de que o Congresso Nacional deve dedicar-se seriamente a esta reforma tributária, que é aguardada por estados e municípios do nosso país, enfim, por toda a população brasileira. Tenho esperança de que vai tornar mais justa a nossa tributação e a nossa arrecadação.

dação, porque o Brasil depende de um sistema tributário mais moderno e mais justo.

Era isto, Sra. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, no horário destinado ao PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria da atenção dos Srs. Parlamentares, até porque o assunto que vou abordar nesta tarde, considero ser de vital importância para a vida do Parlamento Estadual, pela presença do Parlamento Estadual no contexto político do estado do Paraná.

Vou abordar aqui a questão da indicação da vaga de Conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Todos temos conhecimento de que pela aposentadoria o Dr. Henrique, no mês de junho, a Assembléia Legislativa será convocada a referendar e aprovar o nome do futuro Conselheiro do Tribunal de Contas.

De que forma, até para aqueles que estão nos assistindo em casa, de que forma é feita a escolha do Conselheiro do Tribunal de Contas? Quatro vagas, das sete existentes no Tribunal de Contas, é de livre indicação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. As outras três vagas, ficam pela indicação do Governador do Estado. Isto é o que está inserido nas Constituições Estadual e Federal.

Em função disto, o cumprimento da lei, o Parlamento Estadual deve rigorosamente exercer exatamente aquilo que está escrito na nossa Lei Maior. Mas, é importante, Srs. Deputados, sabermos que o Tribunal de Contas - e aqueles que nos assistem em casa - o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia.

Portanto, se é um órgão auxiliar da Assembléia, cabe à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná exercer sua função primordial de se impor perante a indicação do futuro Conselheiro do Tribunal de Contas. E assim me refiro exatamente porque entendo que a Assembléia Legislativa deve exercer este papel, valendo-se do que está escrito, contido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que diz o seguinte: *A Assembléia tem o dever de zelar pelo cumprimento do princípio da moralidade.* É preciso que a Assembléia faça a distinção entre licitude e honestidade. Nem tudo que é legal é honesto. Faço esse parêntese exatamente para fazer aqui uma breve consideração. Temos dois nomes altamente conceituados, de conhecimento jurídico ilibado, que pretendem disputar essa vaga para o cargo do Tribunal de Contas. Um deles o Deputado Durval Amaral, Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, Deputado de uma experiência realmente consolidada no Parlamento Estadual; e por

outro lado o Deputado Caíto Quintana, sete mandatos de Deputado Estadual, que também busca essa indicação. Mas agora, para a nossa surpresa, Srs. Deputados, até há alguns dias atrás ainda não acreditávamos nisso, mas depois de algumas notícias veiculadas em jornais onde na sua capa afirmava que o irmão do Governador buscava a sua indicação para o cargo do Tribunal de Contas, e vou mais além, já provocou uma reunião com os Parlamentares do PT no sentido de fazer o entendimento para garantir os seus votos à sua indicação.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, entendo que não poderia aqui me insurgir de forma alguma contra a indicação do irmão do Governador, mas há princípios legais que devem ser realmente zelados, que estão inseridos na nossa Constituição, entre eles o princípio da impessoalidade, que também está inserido no artigo 37 da Constituição Federal de 1988: *Administração Pública não pode atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.* A indicação de um irmão ou de um parente do Governador a um cargo de Conselheiro cria uma presunção de parcialidade na Assembléia Legislativa do Estado.

É exatamente sobre isso que estou procurando me ater no meu pronunciamento para que a Assembléia possa realmente exercer essa função constitucional de escolher para o Tribunal de Contas alguém que esteja totalmente ileso da responsabilidade e na sequência ter que julgar as contas de alguém que é ligado a sua família, como é o caso do irmão do Governador Roberto Requião. Não decidi meu voto, Srs. Deputados, mas tenho a leitura e faço esse pronunciamento exatamente para alertar os Srs. Deputados da importância deste Poder. Não podemos de forma alguma nos submeter à imposição do Poder Executivo e a sua ingerência neste Poder. Se aqui temos dois grandes experientes Deputados Estaduais disputando esse espaço, porque não vamos fazer valer a força que este Poder tem.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Traiano, cumprimento V. Exa. pelo oportuno pronunciamento, mas quero crer e torço para que V. Exa. esteja equivocado. Não acredito que o Governador terá a coragem de encaminhar para esta Casa a proposição do nome do seu irmão. Como V. Exa. falou: pode ser legal, mas não é moral. Quero dizer a V. Exa., não me pronunciei, me somo à sua preocupação, mas V. Exa. certamente nos ajudará nessa caminhada. Não passará por esta Casa a aprovação do nome do Governador, seja ele qual for, sem que façamos um movimento na sociedade paranaense, porque nenhum paranaense certamente vai aprovar essa atitude.

Tenho certeza que o próprio Governador não terá essa coragem de desafiar a sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Também tenho essa leitura que o Governador Roberto Requião, pela sua postura, pela sua forma de agir no curso da sua trajetória política não vai cometer um erro de tamanha grandeza, trazer para cá, para apreciação, o nome de seu irmão para ir ao Tribunal de Contas e, na sequência, aprovar ou reprová-lo de seu próprio Governo.

Chamo atenção dos Srs. Deputados para que façamos esta reflexão sobre esse momento.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas) (Aparte)

Parabenizo o seu pronunciamento em trazer à tona uma discussão importante.

A norma constitucional deixa claro que a Assembleia Legislativa tem direito a indicar quatro membros do Conselho do Tribunal de Contas e as três outras são do Poder Executivo.

Esta vaga do professor Henrique que está aberta era uma vaga, lá no passado, que a Assembleia Legislativa deveria ter escolhido o seu representante.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Realmente, no Governo passado acabamos referendando o nome de alguém que é cunhado do Governador. Mas não cometeremos mais esse erro. Há de se fazer aqui uma ressalva, o professor Henrique é um homem que goza de um conceito em todos os segmentos, principalmente na classe política, referendado e aplaudido pelo próprio Governador. Mas não cometeria mais esse erro, por isso que venho à tribuna desta Casa para fazer esse pedido de reflexão, porque junho está aí e vamos escolher o novo Conselheiro do Tribunal de Contas.

E espero que este Poder possa fazer prevalecer aquilo que está inserido na Constituição Estadual e Federal.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PDT, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero falar aqui do nosso telejornal. O telejornal da nossa TV Assembleia. O telejornal que todos esperávamos, afinal de contas, a população do Paraná queria ter um local onde pudesse ver de perto aquilo que se passa na nossa Casa de Leis. Ontem, vendo o telejornal, fiquei imaginando como reagiu o Governador Roberto Requião se ele viu aquilo, porque como o povo reagiu eu tive a oportunidade de ver.

O telejornal foi pautado pela discussão se convidava o Secretário, ou se convocava o Secretário. Para quem está assistindo isso tem a impressão que não somos um Poder independente, que não representamos a população do Paraná.

Todos os Deputados vêm aqui e dizem que na sua cidade, que na sua região viram, ouviram e presenciaram cenas de indignação da população por ela estar acometida de insegurança no nosso estado. Dados podem ser da Secretaria da Justiça, que disse o Deputado Elio Lino Rusch ali da tribuna e o telejornal filmou, dizendo que aqueles não são os dados do Secretário ou podem ser os dados do Ministério da Justiça. Os dados podem ser de quem quer que seja, mas quem estava assistindo o telejornal têm os seus dados, porque sabe da situação pela qual passa o nosso estado com relação à questão da Segurança Pública.

Vim ocupar essa tribuna, Deputado Waldyr Pugliesi, porque V. Exa. imagine o Governador Requião, como Deputado que foi, o que ele diria de um Secretário de Estado vir ou não vir à Assembleia. É de interesse da população do Paraná que venha qualquer Secretário aqui, Deputado Rossoni, explicar o que tiver que explicar. Ele não é, certamente, o responsável solitário pelos problemas da Segurança no nosso estado, mas ele é o responsável pela pasta que é responsável por essa área das políticas públicas na área da Segurança.

Deputado Mauro Moraes, V. Exa. que fez uma passeata pela paz, agora está encaminhando um convite ao Secretário. Não estou criticando que o senhor tenha encaminhado um convite, estou dizendo o seguinte: qual é o Secretário que esteve aqui e se saiu mal na Assembleia Legislativa? Estou no 4º mandato e, sinceramente, não me lembro. Aliás, veio o Secretário Pissetti para cá e acabou com a conversa que se tinha com relação à questão da sua participação lá no Paraguai: Por que acabou? Porque ele veio aqui e disse o que lhe competia dizer, o restante fica a cargo da discussão da Assembleia e algumas coisas a cargo do Ministério Público. Portanto, não vejo problema de um Secretário da Segurança Pública vir para cá.

Dezesseis pessoas estavam comigo, Deputado Nelson Justus, e algumas perguntavam: “Mas, espera aí, por que ele não quer ir à Assembleia?” Não é que ele não queira vir, ele deve vir à Assembleia. Isto aqui é uma Casa de representação da sociedade. Temos a obrigação de debater com o Secretário a questão da Segurança Pública e ele, na função pública que ocupa, tem a obrigação de debater com a sociedade. Veja só: ele deu uma entrevista esses dias a toda imprensa e dentre as argumentações que deu o Secretário, achei algumas delas que são, na verdade, argumentações que podem ter a colaboração inclusive da sociedade. Agora, veja bem, se nós Deputados não tivermos a noção clara do que acontece com relação à questão da Segurança Pública, quanto que é o efetivo, como está, quantos estão sendo contratados, como vamos repassar à população?

Agora mesmo soubemos que estão sendo contratados 1.000 policiais e precisamos repassar isso à população, para que a mesma tenha o sentimento de que está se fazendo alguma coisa na área da Segurança. Não tem nada aqui de partidarizar a discussão, mas, veja bem, foi colocado aqui, ontem: “Olha, o Secretário deve ir à Comissão, até porque na Comissão há uma discussão técnica”. Eu não sabia que a Comissão tem ali ilustres personalidades que entendem da Segurança Pública do nosso Brasil, que são especialistas. Não temos obrigação de ter especialidade em nada. Somos especialistas em representar o anseio da população e é isso que interessa. Interessa o debate, para que possamos levar à sociedade.

Gostaria de dizer que fica bem para a Assembléia não que o Secretário Delazari venha aqui, mas que qualquer assunto que possa causar inquietude na população, dúvida na população, deve vir, sim, até à Assembléia. A discussão pode ser política? Pode, mas a população é inteligente para saber aquilo que colabora para que as coisas possam funcionar melhor e aquilo que apenas é uma posição política. A população tem esse discernimento. Eu acredito nisso.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Augustinho Zucchi, tenho certeza que seu sentimento é o da maior parte da sociedade paranaense. Há um certo constrangimento. Ficamos constrangidos em trazer uma autoridade aqui. Não tem nada de mais. Não só o Secretário deve vir aqui, mas todas as entidades de classe relacionadas à Segurança devem vir aqui.

Outro detalhe importante, Deputado Augustinho Zucchi, o Governador Requião trabalha com pesquisa, senão vejamos: conhecemos o Governador Requião; a vida política dele começou grande parte em Curitiba; sabemos como ele age; sabemos como ele pensa. Os senhores têm dúvida de que foi ele que deu o tom para o Reitor fazer aquele discurso no churrasco do PMDB? Claro que foi ele que deu o tom para o Reitor. Sabe por quê? O Governador Requião pensa e o Reitor fala. Quem não pensa? Pois então: o Requião pensa e o Reitor fala. Sobrou tudo para o Reitor, como se fosse ele o grande responsável por isso, mas o tom quem deu foi o Governador Requião e ele tem pesquisa para falar tudo isso, tem pesquisa em relação à Segurança.

Parabéns, Deputado Augustinho Zucchi!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço o aparte de V. Exa., Deputado Luiz Carlos Martins. Lembro, Deputado Romanelli, do Governo do ilustre paranaense de saudosa memória, José Richa. Tivemos dois Secretários, naquela época, mas era um momento de conforto. Passávamos por um período de democratização. Passou-se isso a todos os Secretários, sem exceção, que vieram aqui. Hoje de manhã teve um

Secretário da Saúde que fez uma explanação, discutiu com os Deputados. É isso que precisa. Não vejo problema nenhum com relação a essa questão da vinda do Secretário aqui, porque todos queremos uma coisa só: melhorar a questão da Segurança no Paraná. Se pudermos colaborar na discussão com a população, acho que esse é o nosso papel e o papel do Secretário é fazer esse entendimento conosco também.

Quero registrar a luta que o Deputado Mauro Moraes tem tido na Comissão de Segurança, junto com os demais companheiros. Quero dizer que todos devemos evitar esse tipo de desgaste para a Casa. Não podemos continuar com essa história. “Ah, pois é, vamos ver se o Secretário, daqui a pouco, vem ou não vem!” Ora, o Secretário pode vir, deve vir. Ele é um agente público. Ele vem falar para nós o que foi feito na questão da Segurança Pública e temos a obrigação de reconhecer o que foi feito e de colaborar para que mais coisas possam ser efetivadas na área da Segurança.

Agradeço a V. Exa., Deputado Nelson Justus, e aos nobres Parlamentares que tiveram a paciência de me escutar.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças. Liderança do Governo. Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

***Liderança do Governo: Deputado
Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Queria iniciar falando de notícias boas da nossa região metropolitana, mas queria que as pessoas pudessem ir lendo aqui o nosso vídeo, as pessoas que estão em casa. Quem estiver em casa poderia escrever para o meu e-mail, dizendo de quem o Conselheiro Henrique Naigeboren é parente. Só isso.

Mas, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Romanelli, me concedo um aparte?

(Assentimento)

Quero contrapor a pergunta. V. Exa. concorda com a indicação de um irmão, de um parente para a vaga do Tribunal de Contas? Sei que o Conselheiro Henrique é cunhado do ex-Governador Jaime Lerner. Quero saber se V. Exa. concorda com isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço pela resposta, nobre Deputado. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: deveríamos aqui, Sr. Presidente, ter pelo menos 30 minutos de horário da Liderança do Governo, porque para responder a todos os Deputados

que ocuparam a tribuna, de cinco ou seis temas variados, sinceramente, considerando ainda que até por solicitação há um rodízio hoje, o PMDB foi o primeiro, o horário acabou não sendo utilizado e só temos 10 minutos para responder aqui alguns temas.

Primeiro, Deputado Rossoni, quero sair aqui desta tribuna citando o bom e velho timoneiro da democracia, Ulysses Guimarães. Quero poder sair daqui e me dirigir a V. Exa. e fraternalmente poder encaminhar novamente a V. Exa. aquilo que já foi formalmente encaminhado pela 1ª Secretaria. A resposta da Secretaria de Estado e Educação, ao requerimento de autoria de V. Exa. sobre os repasses de recursos públicos para ONGs, fundações, etc. Está aqui. É um documento detalhado, com entidades, com CNPJ. V. Exa. já recebeu esse documento. Não entendo porque V. Exa. hoje, novamente, na tribuna foi pedir esse documento. Ele já foi entregue pela 1ª Secretaria. Mas, pedi para tirar uma cópia e vou entregar novamente para V. Exa.

Queria dizer também as S. Exas., queria falar dos R\$ 5 milhões que vão ser investidos em Campo Largo, na área de pavimentação asfáltica, de recuperação de ruas, asfalto, da construção de um centro de educação infantil. Dos grandes investimentos industriais que estão acontecendo e vão acontecer, da Electrolux que vai fazer uma nova fábrica; da Fiat e efetivamente tudo o que está acontecendo de bom. aliás, o Prefeito Edson Bastos além de ser um bom gestor, está numa boa base em sua cidade, na sua administração.

Quero dizer a V. Exa. o seguinte: tenho ouvido aqui pronunciamentos especialmente sobre a questão da Segurança Pública. Sinceramente, percebo que cada vez mais o nível do debate está partindo para a desinformação da sociedade. Porque pior do que a violência é a insegurança. E pior ainda é a insegurança, o pânico, o medo que as pessoas acabam tendo em função daquilo que é alardeado. Temos que reconhecer que temos uma sociedade violenta. Curitiba, desde 1979, estatisticamente, ainda agora a pouco eu dizia para um repórter o seguinte: não há cadáver, não há ninguém que tenha sido assassinato, não há nenhum homicídio que não tenha um inquérito policial, onde, estatisticamente, temos todos os homicídios, 100% do que é homicídio tipificado no Código Penal é na Delegacia de Homicídios. Há ONGs, relatórios, aquele exemplo, inclusive, que acabei citando de Tunas do Paraná, que acabou sendo citada por uma ONG nacional dizendo que Tunas era 10ª cidade mais violenta do Brasil. Por quê? Porque lá teve dois homicídios: um marido que matou a mulher e mais uma outra pessoa, e daí, duas pessoas, acabou sendo a 10ª cidade mais violenta do Brasil.

Quero dizer o seguinte: o tema da Segurança Pública é um tema que tem que ser tratado com muita responsabilidade. O Secretário virá, o Deputado Mauro Moraes já falou sobre o tema, claro que virá a esta Casa, e como fez muito bem, aliás, o nosso querido ex-Prefeito e Secretário de Estado da Saúde, hoje, que deu uma bri-

lhante explicação para esta Casa, detalhou tudo, aprofundou todos os temas. Não é isso, Deputado Rangel? Não foi uma discussão profunda?

Não foi uma discussão superficial, foi longa, detalhada, o debate também foi importante. E esse tema tem que ser tratado assim na área da Segurança. Agora, na área da Segurança, temos que reconhecer - olha, eu dizia agora há pouco que temos 12 mil pessoas encarceradas em penitenciárias neste estado. Temos mais 12 mil pessoas, ou 11 mil pessoas encarceradas em Delegacias de Polícia. Praticamente, dobrou o número em relação há cinco anos atrás. Agora, Curitiba para dar um exemplo desse tema, e temos que analisar muitas vezes até sociologicamente uma sociedade, Curitiba desde 1979 tem uma média histórica entre 500 e 600 homicídios anuais. Curitiba está acima de uma média, inclusive, de capitais do mesmo porte. Mas, isso não é deste ano, do ano passado, é uma média histórica que tem em Curitiba.

Temos que analisar o porquê, a origem da violência por que temos mais homicídios. Claro que sabemos que 70%, 80% está ligado ao tráfico de drogas ou a um outro tipo de delito; 20%, 30% são os crimes de desavenças entre as pessoas. Enfim, temos problemas graves aí que todos os dias se noticia.

Então, o fato é o seguinte: os investimentos que o Governo está fazendo na área da Segurança Pública são investimentos pesadíssimos. Eu dizia ontem o valor dos investimentos para este ano de 2008, o orçamento da Secretaria de Segurança Pública, R\$ 1 bilhão, 245 milhões, não é pouco dinheiro, é muito dinheiro. O fato é que temos que reconhecer que precisamos ter um debate, claro que com o gestor de Segurança Pública, o Secretário Delazari, que é um profissional, foi para a Secretaria por ter sido um bom Promotor Público, uma pessoa que com honradez de dirige, com competência, essa política pública importantíssima para a nossa sociedade.

Mas, ao mesmo tempo, não tenho dúvida que o tema não pode se transformar em um debate eleitoral de 2008. Esse debate não é o debate da eleição do nosso Prefeito Beto Richa. O tema da Segurança Pública é importante, mas tem que ser tratado com responsabilidade. Não podemos transformá-lo em um cavalo de batalha da eleição de Curitiba, porque senão nós não vamos discutir as raízes, os problemas graves que a cidade tem e que têm que ser debatido e têm que ser objeto da discussão do debate político próprio da campanha eleitoral. Vamos estar criando um factóide para eleição sem discutir aquilo que é essencial para a cidade que envolve transporte público, trânsito, Segurança Pública, é claro também, mas fundamentalmente as questões que são de competência do município.

Concluo, Sr. Presidente, reivindicando que a Liderança do Governo tem que ter, de fato, alguns minutos a mais, porque vou deixar sem resposta aqui tantos temas importantes que foram levantados aqui nesta tarde.

Lamento, mas temos que estabelecer outro debate. Temos nove horários de lideranças aqui, 90 minutos de Horário das Lideranças, fora o horário de Governo e de Oposição. Setenta minutos são ocupados pela Oposição e pelo Bloco Independente, 20 minutos nós temos, os partidos que compõem a nossa base. Talvez, se somássemos os tempos e repartíssemos de forma igualitária, esse debate seria de forma mais igual e não tão desigual, Presidente, como está sendo! Sinceramente, está muito injusto em relação ao espaço que nós temos, Deputado Pugliesi, para responder e esclarecer.

Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só queria esclarecer, fizemos uma reunião, Deputado Romanelli, para tratar dessa questão dos horários e foi acertado com as lideranças: no Pequeno Expediente, três Deputados da Base, três Deputados da Oposição. Hoje foi seguido esse ritual porque eu acompanhei, inclusive Deputados que falaram no Pequeno Expediente enaltecendo a vinda do Secretário de Estado de Saúde Pública aqui. Depois foi utilizado o Grande Expediente, metade pelo Deputado Rossoni e a outra metade pelo Deputado Cheida, certo? Agora por último o Deputado Romanelli usou o horário da Liderança do Governo, não usaram o horário da Liderança do PMDB porque não quiseram.

Então não procede o que o Deputado Romanelli está falando que o horário dele é menor.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Dando prosseguimento, no horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Deputado Romanelli, quando começa a discutir Segurança eu fico agitado e tenho um compromisso comigo de manter o equilíbrio.

Pastor Praczyk, olhando para V. Exa. quero dizer que um Governo que só respeita o Legislativo na Justiça, fiz um relato anteriormente, um Legislativo que faz uma cerimônia de quase um mês para trazer o Secretário da Segurança aqui... ora, parece que tem que ir lá, bater continência, V. Exa. deseja ir? Que nada! Vemos lá no Congresso Nacional Ministros todo dia lá, no Senado da República. Aqui tem que ser igual!

O que aconteceu com o Secretário da Saúde, hoje pela manhã? Veio aqui, fez a sua explanação, há divergências, mas tudo tranquilo. Por que tanto medo desta Casa? Aqui não tem nenhum bicho-papão! Há os mais brabos, os menos brabos, mas é tudo natural!

Agora não tem jeito, não há milhões que justifiquem, quero trazer aqui um primor, um primor de desco-

berta que fiz na gestão do dinheiro público esta semana. Vou dizer aqui algumas coisas que são um luxo, um luxo: sabem quem recebe dinheiro da Secretaria da Comunicação do Governo do Paraná? E, me desculpe, Deputado Augustinho Zucchi, o Aírton Pissetti não “matou a pau”, nos matou de vergonha aqui, eu tive de sair da reunião porque ele estava blindado, não queria responder a ninguém, nós tivemos que sair. Mas olhem aqui o jornal do Quêrcia, eu tinha que ter trazido um telefone e botado aqui ao meu lado, para lembrarmos do Disque-Quêrcia. O jornal do Quêrcia, em 2004, recebeu R\$ 232 mil do Governo do Paraná; em 2005, estava R\$ 200 mil, foi para R\$ 1 milhão e 300; em 2006 foi para R\$ 2 milhões e 300; em 2007, 840. Até hoje o jornal do Disque-Quêrcia recebeu da Secretaria da Comunicação do Paraná, R\$ 4 milhões e 700 mil. Pasmem. Acabou? Não acabou, tem continuidade.

Há um pregão para contratação de um jornal de circulação nacional. Se nós falarmos num jornal de circulação nacional, de quem você lembra, Deputado Douglas? Do Globo, do Estado de São Paulo, da Folha, do Valor Econômico. Não. Eles encontraram novamente para contratar o jornal do Quêrcia. Sabe por quanto? R\$ 3 milhões. Ele vai receber agora, neste ano R\$ 3 milhões.

O pior, o Secretário Pissetti não estava em férias? Estava. Questionei o Líder do Governo: O Secretário ainda está em férias? Não. Ele voltou no dia 17. Sabem por quê? Porque no mesmo dia, na mesma semana, aconteceu o pregão para que o jornal do Quêrcia ganhasse o pregão. O pior, foi mudado duas vezes o dia do pregão. No dia 14, eles marcaram para o dia 28. Não sei porque cargas d'água, mas já sei por causa da certidão negativa, os homens não tinham a certidão negativa, o CND. O que aconteceu? No mesmo dia eles transferiram para o dia 20, foi quando ocorreu o pregão. E coincidentemente se você ver aqui a fala pelo pregão, é uma conversa de transparência absoluta. Porque primeiro, apareceu todos os jornais nacionais, de circulação nacional, só do Quêrcia, só um, só o dele. Aí eles travaram uma conversa: “Ah, o senhor tem que baixar, porque tem que baixar, e baixou. E ele ganhou.” Novamente se alguém conhece o jornal de circulação nacional do Quêrcia, que é o jornal DCI - Diário do Comércio e Indústria, é um jornal muito lido aqui no estado, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, enfim, é de circulação nacional.

Daí eu pergunto: vamos trazer o Secretário da Segurança aqui para prestar contas a esta Casa?

Não há como a Oposição não se indignar diante disso. Desculpe-me quem protege o Secretário, não tenho nada contra a pessoa do Pissetti. Tenho contra essas atitudes.

Não é estranho um homem que declarou ontem na imprensa que a cada 15 dias ainda ele volta ao Paraguai, mas ele voltou de férias porque tinha o pregão do Quêrcia. Aonde foi o telefone do Disque-Quêrcia? Ele foi

jogado fora? Eu ia trazer hoje, mas acho que não é da atitude de Parlamentar, para lembrar aqui a questão do “Disque-Quércia”.

Não é possível, gente, com tantos jornais de respeito, de renome, não tenho nada contra o jornal do Quércia, mas não fica um pouco estranho o Quércia levar do Paraná, em poucos anos, R\$ 7 milhões, quase R\$ 8 milhões? Aí não conseguimos as informações que são necessárias.

Por essa razão eu sei, compreendo e acho que o Deputado Romanelli é um excelente Líder, competentíssimo, lhe falta tempo. Claro que vai lhe faltar tempo a vida inteira, porque há tantas questões.

Seu eu trouxesse o meu notebook, as informações eu recebo diariamente, poderia fazer aqui todo dia um Repórter Esso das denúncias que eu recebo, mas esta do Quércia tem que ficar registrada nos Anais desta Casa, porque não há como acreditar na transparência.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Deputado Rossoni, parabéns pelo seu pronunciamento. Tenho aqui em minhas mãos um documento pedindo a impugnação desse ato ao Exmo. Sr. José Apoloni Filho - Pregoeiro da Divisão de Licitações. São diversos jornais que estão pedindo a impugnação desse ato. E na sexta-feira vai ter mais. Tem mais confusão aí pela frente. Na sexta-feira acontece o pregão eletrônico para os jornais do estado do Paraná.

Estou solicitando uma Audiência com o Secretário da Comunicação, acredito que ele teria muitas explicações para dar a respeito dessas confusões, desse pregão eletrônico. Os jornais estão entrando com esses pedidos de impugnação, isso já é notório, porque existem coisas muito estranhas nessa história toda.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concluo. Imagina o cidadão do Paraná, neste momento que a TV SINAL está entrando na casa do aposentado que descansa no sofá da sua sala dizendo o seguinte: “Está me faltando remédio e os homens estão dando milhões e milhões para Orestes Quércia”.

Há como responder? Pode ter todo o tempo do mundo na tribuna, não se justifica, não se explica, porque fica tudo muito obscuro, muito difícil de entender.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Quero dizer que pelo requerimento já vou dar algumas explicações. Certamente o tema tem que ser debatido e esclarecido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para agradecer o aparte do Governo e vejo que está começando a mudar, porque ele está com desejo de explicar essa questão, e se vier uma explicação convincente desse jornal do Quércia, certamente serei o primeiro a vir aqui e reconhecer. Mas acho que é muito difícil, mesmo

com a sua competência e por mais que nos esforcemos por entendê-lo, vai ser difícil convencer a população que está nos assistindo.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 064/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à Sra. Secretária de Estado da Administração, a análise da situação salarial dos professores do estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 524, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do país, no período de 11/04 a 04/05/08, chefiando a Missão Econômica IMIM 100 Brasil/Japão/China, e participando das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, em Tóquio e em Kobe. **Encaminhe-se à Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede isenção do pagamento de taxas estaduais, relativas a renovação da Carteira Nacional de Habilitação. (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC e CF. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 754/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por escopo isentar do pagamento de taxas estaduais de renovação de Carteira Nacional de Habilitação as pessoas maiores de 65 anos. Em seu trâmite regimental, a proposição foi aprovada nesta Comissão, bem como nas de Finanças e de Defesa do Consumidor. Quando de sua análise em Plenário recebeu emenda aditiva, que prevê que a isenção buscada inicialmente seja concedida apenas e tão somente para pessoas com renda mensal de até 05 salários-mínimos. Em resumo: ficarão isentas as pessoas com mais de 65 anos e que cumulativamente recebem até 5 salários-mínimos.

Fundamentação

A análise da emenda não refoge, destaca-se, da análise inicial, isto porque embasam-se nas mesmas premissas legais.

Sendo desta forma, cumpre-nos ressaltar que está a se tratar de tema de direito tributário, pois a taxa enquadra-se na acepção tributo. Partindo disso, deve ser arrolado o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, que assim aduz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

Vencida a análise da legitimidade, parte-se para o estudo detido do instituto da isenção. Reiterando os termos postos no parecer vestibular, temos que a isenção é uma modalidade de exclusão do crédito tributário. Em termos outros, é uma limitação para que exsurja a obrigação tributária, tampouco a constituição do crédito tributário. Também é mister que se lembre a acepção de que tributar e isentar são duas faces da mesma moeda. Este pensar serve para que se esclareça que tem o condão de tributar está embutido da competência para isentar. Forte

nisso, é que se conclui que a emenda perfaz os requisitos legais.

Outro ponto a ser abordado diz com o princípio da isonomia na seara do direito tributário. Este princípio, deve ser entendido de acordo com tributar igual quem está em situação equânime. Esta isenção portanto, pode ser classificada como subjetiva, pelo fato de ser guiada para isentar pessoas em certas condições. A isonomia, em nosso pensar, está sendo atendida com a adoção da emenda aditiva proposta. E mais, está se efetivando outro princípio inserto na Constituição Federal, o da capacidade contributiva, pelo qual a exação deve ser proporcional ao aspecto econômico do sujeito passivo. Assim, em verdade, quem recebe efetivamente menos, pode ter beneplácito para que tenha direito constitucional garantido.

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Mauro Moraes, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Carlos Simões, Nereu Moura, Valdir Rossoni e Tadeu Veneri.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/07, de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas produtoras, distribuidoras e que comercializam equipamentos de informática, a recolhe-los quando inutilizados, dando-lhes destinação sem causar poluição ambiental. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICTM E SEMA.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de plenário, de nº 01, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 142/07

Inclua-se onde couber:

“Art... O descumprimento desta lei implicará em multa no valor de 10.000 (dez mil) UPF/PR para o estabelecimento”.

Sala das Sessões, em 25/03/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Rosane Ferreira, Dr. Batista e Jocelito Canto.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 556/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a implantar, no município de Fazenda Rio Grande, a Delegacia da Mulher. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 764/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a proibição da venda de fardas e qualquer tipo de vestuário, bem como distintivos e acessórios da Polícia Federal, Civil e Militar e das Forças Armadas em estabelecimentos comerciais do estado e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 832/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que disciplina o uso de capacetes pelo condutor de motocicleta e do respectivo passageiro nos prédios públicos e privados do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Entendo que este projeto é muito complexo. Na discussão da CCJ, ele foi votado ontem, vai acabar sendo aprovado por esta Casa. Mas sinceramente, isto fere o direito individual das pessoas. É um projeto que esta Casa vai votar e que na verdade, certamente, será motivo de polêmica, porque efetivamente não dá para obrigar as pessoas. O proprietário chegar num condomínio onde ele mora e ser obrigado a tirar o capacete para entrar no condomínio, com sua motocicleta.

Entendo o espírito do autor, mas o projeto fere direitos individuais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu não quero, de forma alguma, estabelecer uma polêmica em função do nosso projeto. Mas entendo que diante de todo este quadro que estamos vivendo, a nível nacional, estadual, com relação à Segurança, ora, qualquer cidadão quer se sentir protegido.

Tenho recebido manifestações de pessoas. Hoje pela manhã dei uma entrevista na rádio do Deputado Luiz Carlos Martins e choveram telefonemas ao meu

gabinete, me parabenizando pela iniciativa do projeto. Entendo que Segurança, transcende qualquer outra coisa. O cidadão abre mão de tudo pela sua Segurança. Portanto, não vejo razão para criarmos polêmica com relação a isto, pelo contrário. Agora, poderíamos até apresentar emenda, Deputado Luiz Claudio Romanelli, porque está em tempo para que isto ocorra, para aprimorar o projeto.

Este é o nosso objetivo e tenho certeza que esta Casa haverá de ser muito bem parabenizada lá fora pela nossa iniciativa, porque este projeto vai ao encontro de um tema que é palpitante neste estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Presidente Nelson Justus, tenho grande respeito pelo nobre Deputado Ademar Traiano, louvo a preocupação do nobre Deputado com a segurança do povo, mas vou votar contra o projeto do Deputado Ademar Traiano, porque entendo que ultimamente, no nosso país, procura-se tudo o que acontece na área de Segurança, de violência, de assalto, descarregar a culpa nos motoqueiros, nos motociclistas, quem está com sua moto, comprou a moto para pagar, às vezes, em dois ou três anos, para economizar no transporte coletivo, para ter um desafogo um pouco maior no orçamento da família.

E lamentavelmente, eu creio, esteja ocorrendo no nosso Brasil, não é esta a intenção do projeto do Deputado Ademar Traiano, mas entendo que há uma discriminação contra quem usa motocicleta, parece que estão querendo colocar os motociclistas todos na condição de bandidos, de assaltantes, de criminosos, de estupradores, esquecendo que nesse meio tem um ou outro marginal. Não podemos generalizar. É uma verdadeira ofensa aos motociclistas.

Acho que nesse caso, Deputado Romanelli, V. Exa. que também é um homem preocupado com o povo do Paraná, com os motociclistas, deveria também fiscalizar, Presidente, quem anda de Mercedes, de BMW, de Audi, de Ferrari. Por que não fiscalizar os magnatas e aí vai se descobrir que no meio desse povo que anda de Audi, esses carros de luxo, deve ter muita gente aí que mexe com droga, com contrabando, fraudando o fisco? Esses são os grandes inimigos da economia do país. Esses sim são os verdadeiros perigosos.

Então, a nossa solidariedade aos motociclistas do Paraná. Por isso vamos votar contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o projeto do Deputado Ademar Traiano, com a palavra, por cinco minutos, Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Belinati, vamos restabelecer aqui o verdadeiro conteúdo e intuito desse projeto do Deputado Traiano. O projeto não é contra os motoqueiros, de forma nenhuma, ficou mal para o Deputado Traiano, quando o objetivo não é esse, tanto é que esse projeto foi discutido de forma veemente na CCJ. Não se trata de ir contra os motoqueiros, os motoboys; pelo contrário, são profissionais de mais alta qualidade. Vejo no projeto do Deputado Traiano uma proteção aos motoboys, aos motoqueiros.

Vou dar um exemplo a V. Exa., Deputado Belinati, e tenho certeza que V. Exa. vai refletir profundamente. Vários casos em Curitiba do motoqueiro levar uma pizza até a sua casa, e geralmente compramos pizza sempre da mesma empresa, e o motoqueiro atende sempre uma determinada região: “O motoqueiro chegou”, até sabemos o nome dele. Vários casos em Curitiba de o motoqueiro ser assaltado na rua, o assaltante tomar a moto dele, o capacete, a pizza, o endereço para entregar a pizza, e quando ele entra ele dá voz de assalto na casa, ou no apartamento. Vários e vários casos. Os motoqueiros, motoboys, querem essa proteção. Eles não têm medo de se identificar, até porque são pessoas de bem; e aqueles que vêm de São Paulo para assaltar motos aqui em Curitiba, depois utilizam essas motos nos postos de gasolina, nas lanchonetes, enfim, por toda a cidade.

Agora, o motoqueiro vai entrar no meu prédio, ele vai levantar, vai tirar o capacete: “É o Antônio que está chegando, eu o conheço”, mas se ele não tirar você não sabe quem é, e para ele é bom ser reconhecido, ele não acha ruim, porque ele quer preservar o trabalho dele, e ele sabe que existem bandidos.

Bandidos na verdade existem, Sr. Presidente, em todos os setores, e no meio dos motoqueiros também, mas a grande maioria é de trabalhadores honrados, honestos, sofredores, muitas vezes, mal compreendidos nesse dia-a-dia.

Entendo dessa forma! Inclusive fizemos uma pesquisa na Rádio Banda B para sabermos a opinião dos motoqueiros, dos motoboys a respeito disso. E a aprovação foi geral. O Deputado Ademar Traiano falou hoje na Rádio Banda B. Ele recebeu centenas de telefonemas, de depoimentos de mães, onde filhos trabalham em postos de gasolina. Histórias arrepiantes. Esse projeto vem em proteção à pessoa de bem. Queremos proteger o verdadeiro motoqueiro, o motoboy.

Então, faço um apelo porque o Deputado Ademar Traiano ficou numa situação difícil aqui. De repente, jogam os motoboys contra o Deputado. Mas a verdade não é essa. Precisamos ter muito cuidado nas nossas colocações.

É um apelo que faço para uma profunda reflexão. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a discussão. Em votação. Vai se proceder à votação pelo painel.

Por gentileza, Srs. Deputados, tomem assento.

Votando, por favor.

Encerrada a votação. Quarenta e sete Srs. Deputados presentes. Seis com a expressão NÃO e 40 votaram FAVORAVELMENTE.

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 758/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que cria no estado do Paraná o Programa Casa do Mestre - Programa de incentivo à habitação própria dos professores da rede pública estadual de ensino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT e COPTC. (Publ. no DA nº 136/07, de 24/10/07, em Projetos de Lei).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 758/07****P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, cria no estado do Paraná o Programa Casa do Mestre - Programa de incentivo à habitação própria dos professores da rede pública estadual de ensino.

É legítima tal proposição, pois a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 174, a competência para legislar sobre o assunto. Vejamos:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição Estadual, em seu artigo 53, inciso V e X, diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 27.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 758/07

P A R E C E R :

Relatório

A carência habitacional atinge um número significativo de brasileiros distribuídos em todas as regiões do país sem distinção de localização regional, seja urbana ou rural.

São várias as ações desenvolvidas pelo poder público e pelas organizações criando alternativas para o problema de moradia no Brasil.

No Governo Federal através do Ministério das Cidades, da Caixa Econômico Federal e em convênios com Governos dos estados e prefeituras municipais executando parcerias com organizações sociais fomentando políticas de créditos e desenvolvendo programas de companhias de habitação, são algumas das várias iniciativas que possibilitam a execução de medidas afirmativas, para solucionar esta mazela que atinge a população brasileira.

Parecer do Relator

O Programa Casa do Mestre de incentivo à habitação própria do professor da rede pública estadual de ensino vem atender uma categoria de profissionais, que na maioria das situações recebem salário incompatível com a sua função e dedicam à vida no intuito de desenvolver a formação da população.

Louvando a iniciativa do nobre Parlamentar de reconhecer estes profissionais e apresentar relevante projeto apresentamos parecer favorável e pedimos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 758/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Reni Pereira, que tem por finalidade favorecer a tão importante classe de professores e suas famílias, para acesso à sua habitação própria, com um programa especial a ser desenvolvido pela COHAPAR, é merecedor de nosso apoio e da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por ser de relevante interesse público.

Analisada a matéria à luz do Regimento Interno e da Constituição Estadual, no que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, e em con-

formidade com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, muito bem fundamentado pelo Relator, Deputado Luiz Carlos Martins, e estando o projeto em acordo com a técnica legislativa, oferecemos parecer favorável, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27/12/07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, da mesma forma que fiz ainda há pouco em relação ao projeto que obriga os motoqueiros, os motoboys a tirarem o capacete quando chegam num prédio. É uma coisa absurda, mas a Bancada votou como quis, não é uma questão que envolve a Liderança do Governo.

Por outro lado, há um projeto do Deputado Reni Pereira, que cria o Programa Casa do Mestre, um programa de incentivo à habitação própria dos professores da rede pública estadual de ensino. Quero dizer na verdade, o projeto além de ter a sua constitucionalidade questionada por esta Liderança, na verdade ele se sobrepõe àquilo que já existe. A COHAPAR já desenvolve programa específico de atendimento ao servidor público no âmbito geral e especificamente em relação aos professores, que estão incluídos nos servidores públicos. Claro, especificamente dos mestres como espécie. Como também os policiais militares, civis.

Então, quero dizer que, na verdade, como declaração, manifestação de respeito, de carinho que o Deputado Reni Pereira faz através desse projeto aos mestres, certamente é válido a Assembleia votar. Mas, do ponto de vista da constitucionalidade, da efetividade, temos que reconhecer que efeito algum terá esse projeto de lei. Cada um vota como quiser, mas, declaro aqui esse tema porque não vou mais ser surpreendido aqui como fui aquela vez pela declaração da Deputada Rosane Ferreira, que me deixou profundamente preocupado.

Por isso que quando entender um projeto manifestadamente inconstitucional como esse, e especificamente que já existe um programa em desenvolvimento com esse teor, manifesto a minha opinião. E cada Parlamentar desta Casa vota como desejar. Não é uma questão de Governo, de posicionamento. Respeito a manifestação política do Deputado Reni Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Reni Pereira, autor do projeto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Primeiramente, que a minha manifestação não poderia ser outra senão política. Estamos numa casa política, se eu estivesse em um seminário, certamente seria religiosa.

Eu desconhecia esse programa em andamento e peço, se já existe esse programa, se posso pedir a retirada por duas sessões para que o Líder do Governo me apresente esse programa que está em funcionamento. Se eu tivesse essa informação, e o próprio Deputado poderia ter informado isso na CCJ ou nas demais comissões, certamente eu teria retirado. E se existe esse programa destinado aos professores, de maneira alguma darei andamento.

O encaminhamento que faço é pela retirada de duas Sessões até que o Líder do Governo me forneça. E se eventualmente não vier até quinta-feira, pediria a V. Exa. que na próxima segunda-feira reincluisse na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o Requerimento nº 540, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 2 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 758/07. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 758/07.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 856/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. (Publ. no DA nº 160/07, de 11/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 856/07

P A R E C E R :

Do Projeto

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

Do Banco Postal

Através da Resolução 2707/00, alterada pela Resoluções 3110/03 e 3153/03, do Banco Central do Brasil - BACEN e, da Portaria 588/00, do Ministério das Comunicações, foi criado o denominado Banco Postal, permitindo que agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em todo o país desempenhassem algumas operações bancárias.

Em 24/09/01, precedido de processo seletivo, a ECT e o Bradesco, celebraram contrato de prestação de serviços de correspondente bancário, assim, as agências dos correios passaram a funcionar como extensão da instituição financeira, com atribuição de executar serviços bancários, tais como, abertura de contas, realização de depósitos e saques, recebimentos de pagamentos, concessão de empréstimos e financiamentos e cobrança de títulos, entre outros.

Em princípio a implantação dos postos do Banco Postal se daria em comunidades distantes e de difícil acesso, desprovidos de agências bancárias, como de fato ocorreu, mas, atualmente, até em grandes centros têm sido implementados, trazendo consigo, os perigos de segurança inerentes à movimentação de valores.

Do Parecer sobre a Constitucionalidade e Legalidade

Preliminarmente, se faz necessário esclarecer, que a presente proposta não está legislando sobre serviço postal e nem sobre sistema financeiro ou monetário, que são matérias de competência privativa da união, e sim, sobre segurança e relação de consumo nas agências dos correios que possuem banco postal.

Nos capítulos em que trata dos direitos e garantias fundamentais e dos direitos sociais, a Constituição Federal determina:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

Embora não exista legislação específica dispondo sobre esta matéria, em diversas demandas judiciais se tem discutido a aplicação, por analogia, da Lei Federal nº 7102, de 20/06/83, ao Banco Postal da ECT, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, que prevê:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.

Art. 2º O sistema de segurança referido no artigo anterior inclui pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigi-

lância ou órgão policial mais próximo; e pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes;

II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e

III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante durante o expediente para o público e enquanto houver movimentação de numerário no interior do estabelecimento.

Estes dispositivos se referem à obrigatoriedade de possuir sistema de segurança para qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, incluindo equipamentos eletrônicos, que, por analogia deveria ser aplicado ao Banco Postal, já que, seus empregados lidam com circulação de valores, ficando expostos aos perigos de assaltos, como já tem acontecido aqui no Paraná. Se os bancários estão protegidos com normas de segurança, por que não haveriam de merecer proteção também os trabalhadores dos correios que desempenham função similar?

Para analisar a constitucionalidade e legalidade da proposta, objeto deste parecer, nos socorremos das decisões dos Tribunais em demandas que questionam leis estaduais e municipais que legislam sobre segurança dentro de bancos, onde há farta jurisprudência confirmando que se trata de interesse local, portanto, de competência dos estados e municípios, como demonstraremos a seguir (com destaques):

Do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

Bancos do Rio terão que cumprir leis que protegem o consumidor.

Por unanimidade, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio declarou a constitucionalidade de seis leis estaduais e municipais que visam garantir a proteção do consumidor dentro dos bancos. Elas obrigam as agências a instalar cadeiras para idosos, gestantes e deficientes físicos, ter banheiros e bebedouros públicos, colocar segurança e câmeras nos caixas eletrônicos e a atender os clientes em, no máximo, 20 minutos.

A Arguição de Inconstitucionalidade foi provocada pela 8ª Câmara Cível do TJRJ, tendo por base um mandado de segurança impetrado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). A instituição pretendia anular as multas e os autos de infração aplicados contra seus associados. Segundo a FEBRABAN, as leis seriam inconstitucionais pois invadiriam a competência da União para legislar sobre o sistema financeiro, como prevê o artigo 192 da Constituição Federal e a Lei 4595/64.

Os argumentos, porém, não foram suficientes para convencer o Relator do processo, Desembargador Fabrício Bandeira Filho. Segundo ele, longe de dispor sobre a invasão da competência federal, as leis questionadas se limitaram a disciplinar assunto de interesse evidentemente estadual e municipal, para propiciar melhor atendi-

mento à população local, o que também está previsto na Constituição, nos artigos 30 e 24, inciso 5º.

Não se entende o que banheiros e bebedouros tenham a ver com a fiscalização financeira. As leis estaduais e municipais apenas se ativeram à exigência de preservação da segurança do consumidor”, afirmou Fabrício Bandeira Filho, que foi seguido em seu voto pelos demais Desembargadores do Órgão Especial.¹

Do Supremo Tribunal Federal - STF:

AI-AgR 574296/RS - Rio Grande do Sul

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. GILMAR MENDES

Julgamento: 23/05/06 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada, proferida em consonância com entendimento desta Corte. 3. Agências bancárias. Instalações de equipamentos de segurança. Competência legislativa municipal. Interesse local. Precedentes. 4. Art. 93, IX, da Constituição. Ofensa não configurada. Acórdão devidamente fundamentado. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

AI-AgR 491420/SP - São Paulo

AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator(a): Min. Cezar Peluso

Julgamento: 21/02/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTAS:

1. RECURSO. Agravo de instrumento. Inadmissibilidade. Peça obrigatória. Procuração outorgada à advogada da parte agravada. Ausência. Não configuração. Conhecimento do agravo. Deve conhecido agravo, quando lhe não falte peça à instrução, sem que isso implique consistência do recurso extraordinário. 2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Competência legislativa. Município. Edificações. Bancos. Equipamentos de segurança. Portas eletrônicas. Agravo desprovido. Inteligência do artigo 30, I, e 192, I, da CF. Precedentes. Os municípios são competentes para legislar sobre questões que respeite a edificações ou construções realizadas no seu território, assim como sobre assuntos relacionados à exigência de equipamentos de segurança, em imóveis destinados a atendimento ao público.

RE-AgR 312050/MS - Mato Grosso do Sul

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Notícia publicada em 05/10/06, em <http://srv85.tj.rj.gov.br/publicador/noticiasweb.do>

Relator (a): Min. CELSO DE MELLO

Julgamento: 05/04/05 Órgão Julgador: Segunda Turma

EMENTA:

Estabelecimentos bancários - competência do município para, mediante lei, obrigar as Instituições Financeiras a instalar, em suas agências, dispositivos de segurança - incorrência de usurpação da competência Legislativa Federal- Recurso Improvido. O município dispõe de competência, para, com apoio no poder autônomo que lhe confere a Constituição da República, exigir, mediante lei formal, a instalação, em estabelecimentos bancários, dos pertinentes equipamentos de segurança, tais, como portas eletrônicas ou câmeras filmadoras, sem que o exercício dessa atribuição institucional, fundada em título constitucional específico (CF, artigo 30, I), importe em conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central do Brasil. Precedentes.

RE-AgR 427463/RO - Rondônia

AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator (a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 14/03/06 Órgão Julgador: Primeira Turma

EMENTA:

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário. Agências Bancárias. Tempo de atendimento ao público. Competência. Município. Artigo 30, I, CB/88. Funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. Artigos 192 e 48, XIII, da CB/88. 1. O município, ao legislar sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seu território, exerce competência a ele atribuída pelo artigo 30, I, da CB/88. 2. A matéria não diz respeito ao funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (artigos 192 e 48, XIII, da CB/88) 3. Matéria de interesse local. Agravo regimental improvido.

Assim como os Tribunais têm firmado entendimento segundo o qual não é de competência exclusiva da união legislar sobre temas ligados à atividade bancária, entre eles, a instalação de portas eletrônicas, conseqüentemente temos que concluir que, analogamente, a proposição ora analisada, também não está invadindo a iniciativa da união, visto que, ficou demonstrado que a proposta diz respeito à matéria de interesse local do estado, qual seja, a segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

Conclusão

Por tudo o exposto, se conclui que, o Projeto de Lei nº 856/07 está em conformidade com a constitucionalidade e legalidade, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26/02/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 856/07**

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Tadeu Veneri o presente Projeto de Lei torna obrigatória a instalação de porta eletrônica de segurança nas agências dos correios com Banco Postal.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se, entende que as agências dos correios se transformaram em bancos, sendo realizado todas as operações bancárias, inclusive depósitos de somas expressivas em dinheiro, saques, transferências e pagamentos de benefícios do INSS.

Tal proposta beneficiará a população, pois com o dispositivo de segurança instalado, os funcionários e cidadãos estarão mais protegidos da violência urbana.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 856/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17/03/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

NEY LEPREVOST - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade o projeto que apresentamos tem uma relação com aquilo que já ocorre hoje nas agências bancárias. Só para relembrarmos, os bancos, até uns oito anos atrás, não tinham a obrigatoriedade de colocar as portas de segurança com detector de metais. Isso só veio ocorrer em Curitiba, uma lei feita pelo então Vereador Seleme e que depois, em 1995, nós junto com o Sindicato dos Bancários, fizemos uma campanha municipal que acabou vindo, ao término dessa campanha, um projeto que foi sancionado pelo Prefeito Rafael Greca e que estabeleceu que todos os bancos deveriam ter, por obrigatoriedade, portas de segurança.

Na seqüência, me parece que aqui na Assembléia Legislativa, se eu não estiver enganado, foi um projeto do Deputado Traiano - Deputado Traiano, estou me referindo, não sei se foi um projeto seu, também determinando que no estado do Paraná houvesse portas de segurança nas agências bancárias. Parece-me que é um projeto seu e é de 1995. O Seleme apresentou quando era Vereador, apresentou aqui também, então é do Deputado Seleme, perdoe-me, é do Deputado Seleme.

Nós, a partir dali vimos que houve uma redução de praticamente 90%, 95% dos assaltos a estabelecimentos bancários em função das dificuldades que muitas vezes os assaltantes encontravam para entrar e sair rapidamente das agências. É claro que uma porta de segurança sempre

cria um constrangimento para os clientes, cria uma dificuldade adicional muitas vezes para o próprio funcionário, ninguém gosta disso. Acho que ninguém gosta de porta de segurança, Deputado Rossoni, quando vai à agência bancária, principalmente quando ela começa a apitar, pára, volta, pára, volta. Aliás, foi motivo de propaganda de algum produto aí feito em agências bancárias.

O problema é que tivemos, a partir do momento em que não tivemos mais essa facilidade, esse tipo de procedimento, esse tipo de assalto acabou migrando para diversos outros estabelecimentos, tanto para farmácias, para lotéricas e para o banco postal. O banco postal foi um processo feito através de uma resolução do Banco Central, Resolução nº 2707/00, que determinou que naquelas cidades onde não haviam agências bancárias poderia ser feito o convênio. E esse convênio, inclusive, esse convênio que foi feito com o BRADESCO, atenderia, como se banco fosse, àquela população através das agências do Correio.

Na sequência, isso acabou acontecendo também nas franqueadas, ou seja, nas agências de franquia aqui nas cidades maiores, cidades médias, e também acabou sendo feito em todos os estabelecimentos que, de alguma forma, têm essa relação com as agências do Correio. A partir de um determinado momento passou a ocorrer um número de assaltos em grande quantidade nas agências dos bancos postais, tanto que fomos procurados pelo Sindicato dos Correios - que estão aqui, inclusive, acompanhando a votação - os representantes do Sindicato, porque tivemos em Londrina, os Deputados que são da região norte lembram, tivemos assaltos, inclusive, com perda de vidas em Londrina. Tivemos o mesmo acontecendo no interior do Paraná diversas vezes.

Em Curitiba e na região metropolitana, temos praticamente toda a semana assaltos que nem são registrados, feitos nessas agências franqueadas e no banco postal. Aí, apresentamos esse projeto entendendo que, infelizmente, esse debate já é um debate tardio, porque o ideal é que tivéssemos não o debate para fazermos pós-segurança, mas um debate que fosse preventivo. Infelizmente, Deputado Luiz Carlos Martins, sabemos que isso acontece e, preventivamente, não estamos conseguindo evitar.

E enquanto não tivermos um mecanismo suficientemente forte para coibir esse tipo de ação, entendemos que é possível, através de uma medida relativamente simples e barata, porque uma porta de segurança é barata, tanto que quando se estabeleceram as portas de segurança diversos bancos as colocaram, não para proteger os seus funcionários e clientes, mas principalmente para proteger o patrimônio. E é nesse sentido que estamos fazendo hoje o projeto de lei também. Sei que podemos ter dificuldade, na sequência, mas vamos tentar buscar junto ao Governador um entendimento para que não haja o veto, porque acho que esse mecanismo não protege apenas os clientes, protege principalmente os funcionários. Os funcionários que, de uma forma, quase, eu diria assim, estão em uma

impossibilidade de reagir porque não têm como escolher horário para irem à agência, para ficarem dentro do banco postal, não têm como escolher se atendem ou não atendem esse ou aquele cliente e hoje estão à mercê de toda situação.

Então, acho que estamos aqui na Assembléia em um debate sobre Segurança Pública e esse é um projeto que talvez tenha condições de reduzir o número de assaltos, que é crescente e que estamos sofrendo em todas as agências dos bancos postais e também das franquias dos Correios.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há pouco discutimos um projeto de nossa autoria, que tem o objetivo exatamente de prevenir algumas coisas na área de Segurança. Eu vi que o voto do Deputado Tadeu Veneri foi contrário ao nosso projeto e quero manifestar aqui o meu voto favorável ao projeto do Deputado Tadeu Veneri, apesar de discordar em algumas coisas do nobre Deputado, mas como uma demonstração de que toda e qualquer ação no sentido de prevenirmos e darmos segurança ao nosso cidadão paranaense é válida.

Por isso, Deputado Tadeu Veneri, quero dizer a V. Exa. que terá o meu voto. Lamentavelmente não pude contar com o seu voto no nosso projeto, que tinha esse cunho e esse objetivo.

Era isso. Obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O projeto do Deputado Tadeu Veneri é um projeto que atende uma reivindicação, considerando inclusive que é um processo que estamos vivendo de descentralização de serviços bancários. Indiscutivelmente o projeto dele já teve até - me socorri há pouco da assessora jurídica do Partido dos Trabalhadores, Dra. Tereza, e já há inclusive o sistema resolvido por conta que as leis que tratam de temas iguais a este já foram julgadas por Tribunais Superiores e não resta dúvida sobre a constitucionalidade do projeto.

Sobre a oportunidade, indiscutivelmente o Banco Postal é um instrumento importante e temos, de fato, que proteger, cada vez mais, quem trabalha e também o cidadão. Por isso, sou favorável ao projeto. É um projeto bem articulado, extremamente importante para a nossa sociedade e certamente vai dar muito mais segurança nesse serviço bancário que é prestado pelos Correios.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Essa proposição que tem os seus méritos, e conforme já foi falado pelos Deputados que me antecede-

ram, me traz apenas uma preocupação. Algumas pessoas que fazem parte dos Correios, em uma conversa informal me disseram da inviabilidade dessa proposição. Não tenho os documentos que pedi para que me respaldassem nessa fala, mas em resumo, Deputado Cheida, primeiro se questiona da possibilidade do Poder Legislativo legislar sobre um órgão que está ligado ao âmbito federal, esse foi um dos questionamentos. Segundo: da despesa que vai gerar, uma vez que a proposição diz da implantação dessas portas em todas as unidades dos Correios.

Então, o encaminhamento que eu faço, Sr. Presidente, até para não cometer injustiça, e faço principalmente direcionando ao autor do projeto, Deputado Tadeu Veneri, para que eu não encaminhe contrariamente, da possibilidade de adiarmos a votação, não por muito tempo, mas por três Sessões apenas, Deputado Tadeu Veneri, para que eu esteja tranqüilo em encaminhar o Bloco Suprapartidário, o Bloco Independente adequadamente.

Seria uma sugestão, uma vez que este Parlamentar que vos fala tem a preocupação, de fato e de verdade, de estar votando o que é positivo para a sociedade, mas que não conflite com o óbvio, uma vez que há, da parte dos Correios, uma pronunciamento de que essa proposição não seria a mais adequada, não seria a mais viável e não seria de todo aceita pelos Correios.

Faço esse tipo de encaminhamento, ao mesmo tempo essa sugestão ao Deputado Tadeu Veneri, não que eu queira embargar a proposição, mas apenas me certificar do que estou votando e conduzindo enquanto Líder do Bloco Independente, os meus aliados, o bloco, a votar adequadamente.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Posso acatar a sugestão do Deputado Edson Praczyk. Acho importante que todos estejamos esclarecidos e possamos votar. Eu sugiro que façamos por duas Sessões, porque aí poderemos voltar com esse projeto na segunda ou terça-feira. Obviamente o Deputado Edson Praczyk teria condições de buscar os seus argumentos e eu poderia colocar para o Deputado. Vou fazer isso em toda a legislação pertinente e que determina, sim, que é possível colocarmos, como colocamos com os Bancos do Brasil, Caixa Econômica, todos eles têm porta de segurança, sem nenhum problema.

Para que não tenhamos nenhuma dúvida, solicito o adiamento por duas Sessões e depois retornaria o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente!

Está em votação o Requerimento nº 541, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 02 (duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 856/07.

Esta presidência, a pedido do Deputado Luiz Nishimori, registra as presenças dos Vereadores de Rolândia. Sejam bem-vindos a esta Casa.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/08, que dá nova redação ao artigo 6º, da Lei nº 15329, de 15/12/06, conforme especifica. (Ensino). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/08, de 12/02/08, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo alterar o artigo 6º, da Lei nº 15329/06, que altera dispositivos da Lei nº 14231/03, que dispõe sobre consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares dos estabelecimentos de ensino, no âmbito do estado do Paraná.

Legitimidade e Legalidade

Sob um primeiro aspecto, indispensável é o dever desta Comissão a análise da presente proposição diante de seu aspecto constitucional. Diante de tal prisma, vejamos que o presente trata de matéria inerente a educação no âmbito estadual, ou melhor, os cargos de Diretores e Diretores Auxiliares nos estabelecimentos de ensino.

Dentro deste diapasão, vejamos a prerrogativa do autor totalmente resguardada, conforme preceito da Constituição Federal, conforme pode ser verificada:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Quanto à competência para deflagar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

II - servidores do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva. (Grifo nosso)

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares, cuja autoria partiu do próprio Executivo, estando, portanto, conforme os ditames legais

expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo.

Dentro deste mesmo paradigma, tendo em vista muito bem ter observado o autor a ressalva do Texto Constitucional Estadual, no que se refere à devida autorização desta augusta Casa de Leis para o fim almejado.

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionada.

Tendo em vista que cabe, então, ao legislador a função de ditar normas sobre a matéria ora analisada, somos pela constitucionalidade do presente, uma vez que aquele que possui competência para legislar também possui competência para alterar.

Ademais disto no que concerne à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, não encontra óbice, junto a Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, verificou-se que o presente projeto está revestido de constitucionalidade, sendo que com fulcro no argumentado, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 04/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI Nº 002/08

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto dispõe sobre a publicação da Lei nº 15329 de 15/12/06, que dispõe sobre a consulta para designações de Diretores e Diretores Auxiliares dos estabelecimentos de ensino. O Poder Executivo propõe que ao ser publicada a lei, que seus efeitos sejam retroativos em relação a quem tem mandato em curso.

Parecer do Relator

A lei é procedente, pois promove a democratização e a participação da comunidade escolar na escolha de seus dirigentes e a emenda do Poder Executivo contempla os atuais Diretores.

Louvando a iniciativa do Poder Executivo de reconhecer estes profissionais e apresentar relevante projeto apresentamos parecer favorável e pedimos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06/03/08.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
TERUO KATO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 525, de autoria do

Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente, embora tenhamos que reconhecer esse pedido de informação que é sobre as obras de construção e restauração que estão sendo realizadas pela Secretaria de Estado da Educação na região de Campo Mourão. Os dados estão à disposição na Superintendência de Desenvolvimento Educacional, para qualquer pessoa.

Vou encaminhar favoravelmente pela aprovação, em respeito ao Deputado Douglas Fabrício, mas certamente, uma visita de um assessor, é teclar dois botões nos computadores e você teria a listagem completa, que aliás, são muitas as obras que estão autorizadas e estão sendo licitadas para a região de Campo Mourão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 530, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Entendo e falo até com o Deputado Tadeu Veneri que nem havia a necessidade de aprovar esse requerimento, que é a cópia de um convênio entre a Secretaria da Saúde e a APR.

Temo que podemos um pouco banalizar o pedido de informações. Isto são documentos públicos, que podem ser obtidos facilmente. Mas, votaremos favoravelmente à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Aprovado.

Requerimento nº 518, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 519, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 521, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 523, de autoria do Deputado Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 526 e 533, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 536, de autoria do Deputado

Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 538, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 539, de autoria do Deputado Péricles de Mello, com apoio dos Deputados Pedro Ivo, Elton Welter e Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 535, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Durval Amaral, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Martins, Marcelo Rangel e Elio Rusch, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Queria primeiro pedir a V. Exa. que não encerrasse a Sessão ao final da discussão deste requerimento, porque quero fazer a entrega da cópia dos documentos ao Deputado Valdir Rossoni.

Quero dizer, Sr. Presidente, que eu ouvia o Deputado Valdir Rossoni ir à tribuna, nesta tarde, e discutir sobre a eventual contratação, fruto de um procedimento licitatório regular, realizado pela Secretaria da Comunicação Social, via pregão, para a contratação de um jornal ou de um veículo de circulação nacional para poder publicar os editais e aquela chamada publicidade legal, que é necessária ser feita pelo estado do Paraná.

Muitas empresas habilitaram-se, para poder participar do leilão. No que divergiram as empresas? No preço. Enquanto o jornal Folha de São Paulo ofertou, preliminarmente.

Presidente, o requerimento trata deste tema. Se. V. Exa. ler o requerimento vai entender que estou respondendo o requerimento. Enquanto a Folha de São Paulo ofertou o centímetro-coluna em R\$ 174, o preço que o Governo tinha estabelecido era de R\$ 80. O que aconteceu com o jornal Folha de São Paulo e com os “jornais” nacionais? Se desinteressaram em fornecer.

Independente disto, o DCI - Diário Comércio e Indústria, que é um jornal que tem circulação nacional, famoso, se pertence ou não ao ex-Governador Quéricia eu sinceramente não sei, vou até me informar, mas aliás não é nenhum grande aliado do Governador Roberto Requião, ao contrário, com ele já teve grandes controvérsias - mas se este jornal, se esta empresa se habilitou e venceu o leilão, venceu porque ofereceu um desconto de 27,5%. O Governo está contratando o centímetro-coluna a R\$ 58.

Então, entendo que licitação feita publicamente, onde todos puderam discutir o tema e oferecer um preço e se desinteressaram pelo preço que o Governo queria pagar, não tenho dúvidas que muito provavelmente tivemos absoluta licitude neste pregão.

Por isso, encaminho favoravelmente este requerimento, que vai detalhar todos os pontos que são aborda-

dos no pronunciamento e, é claro, que aquilo que houver dúvida e que é narrado com este famoso *animus narrandi* que o Deputado Valdir Rossoni tem, a crítica é tão veemente que ficamos até assustados ao ouvir o relato. Mas, quando se vai ver o que é, descobre-se que é um tigre de papel. Neste caso, papel de jornal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de chamar aqui o Deputado Valdir Rossoni. Queria publicamente e novamente entregar, embora tenha sido a 1ª Secretaria que tenha feito, em dezembro, respondendo ao questionamento do que o requerente Valdir Rossoni fez diretamente na Secretaria de Estado da Educação. Aqui está o requerimento, com base nos artigos constitucionais, que ele requer o direito à informação. Este requerimento foi entregue pela Secretaria da Educação e pela 1ª Secretaria no mês de dezembro. Consta aqui no Ofício nº 1821, que foi dirigido à Secretaria de Estado da Educação, que é requerimento do Deputado Valdir Rossoni e outros Parlamentares, as informações sobre repasse de recursos públicos para ONGs, fundações etc. Ou seja, é um documento detalhado, aqui está o município, a instituição mantenedora, uma parte são as APAEs, já discutimos sobre esse tema, o nome da escola e o CNPJ da escola. Queria passar às mãos do Deputado Valdir Rossoni, e se algum outro requerimento sobre ONGs e OSCIPs estiver pendente eu gostaria, Sr. Presidente, de receber uma cópia para que possamos esclarecer isso.

Tenho ouvido quase que como um mantra esse tema, mas gostaria de receber uma cópia para ver aonde é que está parado, se houver outro requerimento. Entendo que não há outro requerimento, mas passo uma segunda cópia ao nobre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ao tempo que V. Exa. entrega, esta presidência anuncia com satisfação, a pedido do Deputado Cleiton Kielse, a presença do Prefeito de Ibaiti, o Peté. Seja bem-vindo a nossa Casa.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu havia solicitado o encaminhamento a uma moção de apoio que eu pedi para o senhor colocar em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Me informa a assessoria da Mesa que a moção já foi encaminhada.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Não passou pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ele passou direto, já foi encaminhado, mas faço questão de na Sessão de amanhã...

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Pediria então para a Sessão de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para a Sessão de segunda-feira então. Agradeço ao Deputado Péricles.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, depois do Deputado Cheida.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, recebo aqui xerox de alguns documentos e amanhã vou fazer um pronunciamento sobre essa questão dos esclarecimentos que o Deputado Romaneli prontamente está me entregando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A moção do Deputado Péricles foi aprovada realmente, moção de apoio ao povo do Tibete, país do centro da Ásia, em função dos ataques freqüentes que a população vem sofrendo pelo Governo da China em retaliação à liberdade de expressão. A moção foi aprovada, Deputado Péricles, mas de qualquer maneira, na Sessão de segunda-feira, V. Exa. terá o tempo para ler sobre isso.

Com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para informar, amanhã vou estar representando a Assembleia Legislativa no norte velho, no município de Santo Antonio da Platina,

quando será feita uma discussão de bacias hidrográficas, um encontro para se discutir formações de comitês de bacias hidrográficas. Vou estar ausente, mas representando a Assembléia. Como costumeiramente seguem as presenças dos Deputados e registram em jornais, é preciso ficar patente que represento por delegação desta Casa e não vou poder me fazer presente na Sessão de amanhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, Deputado. Devidamente esclarecido e justificado.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 762/07 e 051/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 754/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 650/07, 033, 059 e 066/08.

Levanta-se a Sessão.

